



## **ACADEMIA MILITAR**

### **As ROE na condução das Operações de Estabilização (não Artigo 5º - NA5CRO)**

**Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria**

**Autor: Aspirante Aluno de Infantaria Carlos Válter Fernandes dos Santos**

**Orientador: Coronel de Artilharia Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão**

**Coorientador: Tenente-Coronel GNR Marco Paulo Almeida de Rodrigues Gonçalves**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, junho de 2016**



# **ACADEMIA MILITAR**

## **As ROE na condução das Operações de Estabilização (não Artigo 5º - NA5CRO)**

**Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria**

**Autor: Aspirante Aluno de Infantaria Carlos Válter Fernandes dos Santos**

**Orientador: Coronel de Artilharia Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão**

**Coorientador: Tenente-Coronel GNR Marco Paulo Almeida de Rodrigues Gonçalves**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, junho de 2016**

## EPÍGRAFE

*“Pensar é o trabalho mais difícil que existe. Talvez por isso tão poucos se dediquem a ele”*

**Henry Ford**

## **DEDICATÓRIA**

À minha família e amigos,  
por todo o apoio prestado durante a frequência do curso na Academia Militar.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo destes anos, muitos foram os que contribuíram para que este momento se concretizasse.

Não vou mencionar os frutos, mas o terreno que prepararam e as sementes que lançaram; não pelos ensinamentos recebidos, mas pelas transformações que todos eles proporcionaram em minha mente e no meu coração; enquanto Homem e Militar.

Desde os primórdios da minha chegada a esta casa, a todos os que contribuíram para a minha formação, professores, educadores, militares ou não e, sobretudo, nesta parte final, pelo acolhimento, pela preocupação, pela paciência, pela receptividade e prontidão com que sempre me receberam e encaminharam, um grande muito obrigado ao Sr. Cor Baleizão, meu Orientador, por toda a atenção e orientação dada ao longo deste meses, ao Sr. TCor Marco Gonçalves, meu Coorientador, pelas observações sempre pertinentes, pela cedência de suportes bibliográficos, revisões efetuadas e pelos conselhos sapientíssimos da sua douda pessoa, ao Sr. TCor Oliveira, meu Dir. de Curso, pela preocupação sempre demonstrada; a todos eles, o meu respeito e gratidão.

*“Os grandes líderes são aqueles que estão dispostos a desenvolver pessoas até ao ponto em que elas se ultrapassem em conhecimento e capacidade”* (Fred A. Manske)

Já na reta final deste meu Trabalho de Investigação, mas, não menos importante, foi a contribuição daqueles que se disponibilizaram para me receber e prestar apoio e esclarecimentos nas entrevistas, imprescindíveis à conclusão deste meu trabalho.

O meu particular agradecimento a todos os entrevistados, que de forma generosa acederam a participar nesta investigação e contribuíram com as suas opiniões informadas para o aprofundamento do tema, a citar, Sr. TCor Renato Assis, Sr. Cor João Godinho, Sr. Cor Diogo Cardoso, Sr. CMG António Neves Correia, Sr. Cor Francisco Rijo e Sr. Vice Alm José Carreira.

Não poderia aqui e, perante a situação, deixar de mencionar igualmente, a minha família e a minha namorada que sempre estiveram presentes, dia e noite para me apoiarem de forma incondicional ao longo destes árduos anos, apesar da minha desatenção e “ausência” para com eles e das mudanças inesperadas de comportamento, sempre marcaram presença em todos os momentos da minha vida.

A todos o meu muito obrigado.

## RESUMO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada tem como tema “As ROE na condução das Operações de Estabilização (não Artigo 5º - NA5CRO)”. Atendendo à variedade de modalidades de intervenção, as forças multinacionais regem-se por Regras de Empenhamento. As Regras de Empenhamento implicam treino, em função da especificidade da Operação de Estabilização, enquadradas na gestão de crises.

A investigação tem por objetivo saber qual o papel das Regras de Empenhamento nas Operações de Estabilização e a forma como estas são interpretadas e aplicadas pelas chefias militares em situações de intervenção em crises, com a presença de forças multinacionais, nomeadamente da ONU, NATO e UE.

A metodologia adotada visa responder à pergunta central e, após a formulação desta, foram formuladas questões derivadas para encontrar possíveis respostas. O trabalho realizado fundamenta-se no levantamento bibliográfico, análise de documentos e realização de entrevistas.

Através de uma amostra, realizaram-se entrevistas a chefias militares Portuguesas do Exército e da Marinha, que já se debruçaram sobre a problemática das Regras de Empenhamento, em termos teóricos e práticos, nomeadamente acerca do papel que lhes atribuem e a sua importância na concretização de um ambiente seguro e estável para as populações. A análise de conteúdo das entrevistas permitiu constatar que as chefias militares entrevistadas consideram relevante a existência e concomitante aplicação das Regras de Empenhamento.

A investigação confirmou a importância das Regras de Empenhamento, como uma orientação para a ação e, sobretudo, como devem ser consideradas imprescindíveis para demarcar a limitação do uso da força, em questões de proporcionalidade e demais princípios que regem a aplicação de forças no âmbito do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados (DIHCA). Verificou-se que a metodologia doutrinalmente aplicada nas Regras de Empenhamento, lhes confere suficientemente flexibilidade, não carecendo de atualização permanente, sendo utilizadas de acordo com tipologias específicas.

Por último, releva-se a importância do treino militar, para que se conheçam os objetivos específicos das Operações de Estabilização em função da sua tipologia e a correspondente aplicabilidade das ROE.

**Palavras-chave:** Regras de Empenhamento, Operações de Estabilização, Uso da Força.

## ABSTRACT

The present investigation addresses the theme of “ROE conducting the Stabilization Operations (non Article-NA5CRO) “. Considering the diversity of intervention modes, multinational forces must all use the same ROE. ROE imply training considering the stabilization operation specification, seen in a crisis management framework.

The investigation aims to know the role of ROE in stabilization operations and the way military chiefs interpret them in crisis management, in presence of multinational forces such as UN, NATO and EU.

The methodology used wants to answer the central question and to derivate questions to try and find possible answers. The work was made using bibliographical research, documental analysis and interviews.

Through a sample made out of military chiefs from Army and Navy, which addressed the ROE both in theory and practice, and using interviews, it was asked their opinion about of ROE's role and its importance in order to achieve a safe and secure environment for the populations. The content analysis of interviews has shown that the interviewed military leaders consider relevant the existence and concomitant application of the Rules of Engagement.

The research concluded that the rules are important as an orientation for action and how they must be considerable irreplaceable to determine the use of force limitation, in proportionality terms and other principles governing the application of forces within the International Humanitarian Law and Armed Conflicts (DIHCA). It was verified the methodological role of ROE and that they are flexible enough, without permanent updating, used in specific situation.

The conclusion was the importance of military training in order to allow knowledge of specific goals in stabilization operations considering the different typology.

**Key words:** Rules of Engagement, Stabilization Operations, Use of Force.

## ÍNDICE GERAL

<b>EPÍGRAFE .....</b>	<b>iii</b>
<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>iv</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>v</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>vi</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>vii</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>	<b>xi</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS .....</b>	<b>xii</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS .....</b>	<b>xiii</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1. Estrutura da investigação .....	4
<b>CAPÍTULO 1: REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>5</b>
1. Enquadramento teórico/ Revisão da literatura .....	5
2. Regras de Empenhamento (ROE) .....	5
2.1. Conceito .....	5
2.2. Natureza das ROE.....	6
2.2.1. Nível Político .....	7
2.2.2. Nível Jurídico .....	8
3. Operações de Estabilização.....	10
3.1. Conceito .....	11
3.2. O Espetro de Conflito .....	12
3.3. Operações de estabilização: princípios, tarefas e finalidades. ....	12
3.3.1. Princípios.....	13
3.3.2. Tarefas primárias/Finalidades de Estabilização .....	14
4. Síntese conclusiva da revisão da literatura.....	15



<b>CAPÍTULO 2: METODOLOGIA .....</b>	<b>17</b>
1. Metodologia .....	17
1.1. Metodologia da investigação .....	18
 <b>CAPÍTULO 3: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS ROE .....</b>	 <b>20</b>
1. Evolução Histórica das ROE.....	20
1.1. Origem .....	20
1.2. Síntese Conclusiva .....	22
 <b>CAPÍTULO 4: EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES MILITARES.....</b>	 <b>24</b>
1. Evolução das Operações Militares .....	24
1.1. Síntese Conclusiva .....	27
 <b>CAPÍTULO 5: A EMERGÊNCIA DAS OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO .....</b>	 <b>29</b>
1. A Emergência das Operações de Estabilização ao mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas.....	29
1.1. Síntese Conclusiva .....	32
 <b>CAPÍTULO 6: AS ROE NAS OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO .....</b>	 <b>34</b>
1. Os vetores das ROE nas Operações de Estabilização .....	34
1.1. Treino no âmbito das ROE .....	35
1.2. Uso da Força .....	36
1.3. Legítima defesa.....	37
1.4. Síntese conclusiva.....	38

<b>CAPÍTULO 7: PROCEDIMENTOS E RESULTADOS .....</b>	<b>40</b>
1. Procedimentos da investigação .....	40
2. Universo e constituição da amostra.....	40
3. Técnicas de análise.....	40
3.1. A entrevista .....	40
4. Apuramento de resultados.....	41
4.1. Análise de conteúdo.....	41
5. Discussão dos resultados.....	43
 <b>CONCLUSÃO.....</b>	 <b>45</b>
1. Limitações da investigação .....	47
2. Recomendações para futuras investigações .....	47
 <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	 <b>49</b>
 APÊNDICE A – INFORMAÇÃO GERAL FORNECIDA AOS ENTREVISTADOS .....	 II
APÊNDICE B – ENTREVISTA N.º 1 TCOR ASSIS .....	III
APÊNDICE C – ENTREVISTA N.º 2 - COR GODINHO.....	X
APÊNDICE D – ENTREVISTA N.º 3 - COR CARDOSO .....	XVIII
APÊNDICE E – ENTREVISTA N.º 4 - CMG NEVES CORREIA .....	XXIV
APÊNDICE F – ENTREVISTA N.º 5 – COR FRANCISCO RIJO .....	XXXI
APÊNDICE G – ENTREVISTA N.º 6 - VICE ALMIRANTE SILVA CARREIRA .....	XXXVII
 APÊNDICE H-RESULTADOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS .....	 XLIV

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	ROE.....	7
Figura 2	Os 3 Pilares da Responsabilidade das ROE.....	10
Figura 3	Escala de violência.....	12
Figura 4	Ligação entre tarefas primárias e áreas de estabilização.....	15

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Apuramento de resultados Questão 1 .....	XLIX
Quadro 2	Apuramento de resultados Questão 2 .....	XLIX
Quadro 3	Apuramento de resultados Questão 3 .....	L
Quadro 4	Apuramento de resultados Questão 4 .....	L
Quadro 5	Apuramento de resultados Questão 5 .....	L
Quadro 6	Apuramento de resultados Questão 6 .....	L
Quadro 7	Apuramento de resultados Questão 7 .....	LI
Quadro 8	Apuramento de resultados Questão 8 .....	LI
Quadro 9	Apuramento de resultados Questão 9 .....	LI
Quadro 10	Apuramento de resultados Questão 10.....	LII
Quadro 11	Apuramento de resultados Questão 11.....	LII

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Operações de Estabilização.....	14
Tabela 2	Operações Ofensivas.....	31
Tabela 3	Operações Defensivas.....	32
Tabela 4	Treino Nato Princípios de Instrução e Formação.....	36
Tabela 5	Caraterização dos entrevistados.....	42
Tabela 6	Questões das entrevistas.....	42
Tabela 7	Tabela 7- Apuramento resultados da Questão 8.....	44
Tabela 8	Tabela 8-Questão 1.....	XLIV
Tabela 9	Tabela 9-Questão 2.....	XLIV
Tabela 10	Tabela 10-Questão 3.....	XLV
Tabela 11	Tabela 11-Questão 4.....	XLV
Tabela 12	Tabela 12-Questão 5.....	XLVI
Tabela 13	Tabela 13-Questão 6.....	XLVI
Tabela 14	Tabela 14-Questão 7.....	XLVII
Tabela 15	Tabela 15-Questão 8.....	XLVII
Tabela 16	Tabela 16-Questão 9.....	XLVIII
Tabela 17	Tabela 17-Questão 10.....	XLVIII
Tabela 18	Tabela 18-Questão 11.....	XLVX

## LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>CNU</b>	Carta das Nações Unidas
<b>DIH</b>	Direito Internacional Humanitário
<b>DIP</b>	Direito Internacional Público
<b>DIHCA</b>	Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>EMEJ</b>	Escuela Militar de Estudios Jurídicos
<b>FA</b>	Forças Armadas
<b>HUMINT</b>	<i>Human Intelligence</i>
<b>ICI</b>	<i>Istanbul Cooperation Initiative</i>
<b>IESM</b>	Instituto de Estudos Superiores Militares
<b>INTEL</b>	<i>Intelligence</i>
<b>ISAF</b>	<i>International Security Assistance Force</i>
<b>NATO</b>	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
<b>Op Def</b>	Operações Defensivas
<b>Op Est</b>	Operações de Estabilização
<b>Op Mil</b>	Operações Militares
<b>Op Of</b>	Operações Ofensivas
<b>OTAN</b>	Organização do Tratado Atlântico Norte
<b>PD</b>	Perguntas Derivadas
<b>PDSS</b>	<i>Person With Designated Special Status</i>
<b>PRDSS</b>	<i>Property with Designated Special Status</i>
<b>ROE</b>	<i>Rules of Engagement</i>
<b>TO</b>	Teatro de Operações

## INTRODUÇÃO

Cada vez mais o mundo contemporâneo impõe mudanças no nosso referencial, obrigando à evolução dos conflitos armados, conflitos estes onde os direitos humanos não são respeitados, tanto das populações como dos militares que estão presentes nos teatros de operações.

A intervenção junto das populações, está presente no dicionário do soldado, em busca da estabilização em estados frágeis e estados falhados, sem bases de sustentação, após situações de conflitos armados. Um conflito caracteriza-se por crescimento em espiral de uma crise e este fenómeno veio dar relevância à busca da sua prevenção, gestão da crise, que requer a presença de forças militares em qualquer canto do Globo.

Por vezes a intervenção militar é mal interpretada por parte das populações, por interferir com as suas atividades quotidianas. Para colmatar tais dificuldades foram implementadas regras, consideradas como linhas orientadoras, para que se consiga atingir o objetivo desejado durante uma Operação de Estabilização (OE), isto é, a estabilidade e segurança governativas que proporcionam segurança à vida das populações. Para que o objetivo final da operação seja cumprido é também necessário conquistar a confiança das populações.

A gestão de crises obriga a intervenções militares conhecidas como operações de estabilização e estas operações suscitam a utilização de regras, por parte das forças de intervenção multinacionais. Estas regras são conhecidas como Regras de Empenhamento (ROE)<sup>1</sup> e têm como objetivo regular as circunstâncias, grau, forma e modo em que os intervenientes militares podem fazer uso da força, conferindo ainda orientações e instruções aos comandantes, sendo elaboradas de forma a garantir que a sua aplicação seja cuidadosa e controlada, de acordo com normas internacionais.

É neste contexto que surge o presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), no âmbito da Academia Militar (AM), como sendo o Relatório Científico Final do Mestrado em Ciências Militares, cuja temática abordada é: “As ROE na condução das Operações de Estabilização colocadas ao mesmo patamar das Operações Defensivas e Ofensivas”.

Desta forma, e como militar, importa refletir sobre as ROE e a sua condução nas Operações Militares (OM), mais concretamente nas Operações de Estabilização.

---

<sup>1</sup> ROE: Rules of Engagement.

O conceito de ROE e de Operações de Estabilização são relativamente recentes. As ROE surgem nos anos 50-60, no decorrer da Guerra Fria, e ganharam uma enorme relevância até aos teatros de operações da atualidade, como por exemplo, Afeganistão, Iraque e Kosovo (Escuela Militar de Estudios Jurídicos, 2012). Segundo Carreira (2004), podemos entender que as ROE são um meio e não um fim e não deixam de lado aspetos relacionados como o controlo da força militar, especialmente, não se destinam a conceder tarefas, dar instrumentos de táticas ou a estabelecer limitações ao uso de determinados meios, que decorrem da própria natureza do seu emprego.

Como foi dito anteriormente, as ROE, neste Trabalho de Investigação, vão ser estudadas na condução das Operações de Estabilização, estando estas mesmas inseridas nas Operações militares. De acordo com o PDE 3-00 Operações (2012) estas operações, foram elevadas ao mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas.

Estas Operações de Estabilização “Visam essencialmente a manutenção ou restabelecimento de um ambiente seguro e estável, tendem a facilitar a reconciliação entre adversários locais e/ou regionais, apoiar o restabelecimento de instituições políticas, legais, sociais e económicas, facilitar a transição de responsabilidades para um governo local legítimo, apoiar a reconstrução de emergência de infraestruturas e prestar ajuda humanitária” (Exército Português, 2012, pp. 8-1).

A pertinência do tema surge pelo facto de ter ocorrido uma evolução no conceito de ROE e nas Operações de Estabilização, conceitos estes que têm cada vez mais relevância nos teatros de operações (TO), revelando-se, assim, um tema atual. Pretende-se, desta forma, estudar a origem das ROE, bem como a sua importância, no vasto leque de operações militares (Op Mil) (Exército Português, 2012).

Este estudo tem como objetivo o estudo das ROE, para tal, formulou-se o seguinte objetivo geral “As ROE na condução das Operações de Estabilização colocadas ao mesmo patamar das Operações Defensivas e Ofensivas”.

No entanto, para atingir o objetivo geral, formularam-se os seguintes objetivos específicos:

Obj1: Descrever a evolução e a importância das ROE, desde a sua origem até a atualidade;

Obj2: Descrever que alterações sofreram as Operações Militares;

Obj3: Entender qual a razão pela qual as Operações de Estabilização se encontrarem ao mesmo nível das Operações Ofensivas e Defensivas, e descrever as diferenças entre elas;



Obj4: Perceber quais os vetores que permitem aos militares a inteira percepção das ROE no contexto das Operações de Estabilização.

De acordo com os objetivos de estudo, formulou-se a questão de partida, onde é fundamental na realização de uma investigação com o propósito de conseguir alcançar os objetivos propostos anteriormente, foi considerada a seguinte questão de partida: “Qual o papel das ROE nas Operações de Estabilização, quando estas se encontram ao mesmo patamar das Operações Defensivas e Ofensivas?”.

Para o IESM (2014) hipóteses de estudo são: “hipótese de investigação é a resposta temporária, provisória, que o investigador propõe perante uma interrogação formulada a partir de um problema de investigação” (IESM, 2014, p. 48).

Neste sentido foram formuladas, as seguintes hipóteses:

H1: As ROE começaram a marcar presença no decorrer da Guerra Fria, anos 50, mas onde o termo ROE ficou definido e utilizado pela primeira vez como Regras de Empenhamento foi no Vietname, anos 60. Atualmente a sua importância no decorrer das Operações Militares é indispensável;

H2: As Operações Militares têm vindo a sofrer alterações até à atualidade, principalmente após a Guerra Fria, as razões destas mudanças foi a evolução da humanidade, tais como, cultura, política, legal e muitos outros. Estas mudanças obrigam a evolução na forma de atuar, pensar e as restrições impostas têm de ser diferentes, consoante a tipologia da missão;

H3: Com as alterações e a complexidade dos teatros de operações, as Operações de Combate e Operações de Estabilização decorrem em simultâneo, chegando-se à conclusão que não basta somente a vitória militar, mas sim, atingir um ambiente seguro e estável;

H4: No decorrer das Operações de Estabilização, revela-se essencial o treino prévio dos militares para uma adequada interpretação e percepção das ROE. O treino do uso da força, em função da legítima defesa, é fundamental, atendendo a que a aplicação da força, em grande parte das situações, é no âmbito da legítima defesa. Considera-se, assim, como um dos vetores fundamentais no decorrer das Op Est, o treino dos militares no uso da força. Independentemente das restrições impostas, é importante realçar que, em qualquer circunstância, nenhum militar perde o direito à legítima defesa, desde que os pressupostos da mesma se verifiquem, ou seja, as ROE não restringem o direito ao instituto da legítima defesa.

## **1. Estrutura da investigação**

A presente investigação é composta por sete capítulos. Inicia-se com o primeiro capítulo, onde é realizada a revisão da literatura relativa às Regras de Empenhamento, para conhecermos a evolução teórica sobre este tema. No segundo capítulo, é apresentada a metodologia da investigação e o seu desenho, para mostrar a estrutura da mesma. No terceiro capítulo, aborda-se a evolução histórica das ROE, com o objetivo de situarmos a sua interpretação na atualidade. Segue-se o quarto capítulo, onde se aborda a evolução das Operações Militares e a sua ligação com a globalização e a evolução tecnológica. O quinto capítulo, é dedicado à emergência das Op Est ao nível das Operações Ofensivas e Defensivas. No sexto capítulo, verifica-se quais são os vetores primordiais das ROE nas Operações de Estabilização. O sétimo capítulo, aborda os procedimentos de investigação e as técnicas de análise, utilizando-se a técnica da entrevista. Passou-se, de seguida, para a construção do guião, realização das entrevistas, o apuramento de resultados através da técnica de análise de conteúdo e respetiva discussão dos resultados.

Terminou a investigação com as conclusões e recomendações para futuras investigações.

# CAPÍTULO 1

## REVISÃO DA LITERATURA

### 1. Enquadramento teórico/ Revisão da literatura

Ao longo deste capítulo, abordar-se-á o conceito de Regras de Empenhamento (ROE) e a sua natureza, bem como a evolução teórica do conceito. Procede-se, igualmente, à abordagem das Operações de Estabilização, procurando assim uma base conceptual, que servirá de base à nossa investigação, e para tal, procedeu-se ao levantamento da literatura sobre este tema, do ponto de vista conceptual.

### 2. Regras de Empenhamento (ROE)

#### 2.1. Conceito

Atualmente, o uso da força militar e as atividades relacionadas com o seu uso são efetivamente conduzidas, limitadas e controladas pelos políticos e juristas especializados em Direito Internacional, para melhor controlo foram instituídas as ROE para o controlo ao nível militar (Plana, 2009).

Através das palavras descritas anteriormente, pode-se acrescentar que as ROE são interpretadas como sendo aquelas ordens de comando que determinam, quando, onde, contra quem e como se usa a força. As ROE são linhas orientadoras para os comandantes no decorrer de uma operação militar (Plana, 2009). De acordo com estas, estabelece-se o uso legítimo, gradual e proporcional da força para cada operação em que se está inserido.

Segundo a *Escola Militar de Estudios Jurídicos* as ROE definem as circunstâncias, condições, grau e forma sob as quais se pode ou não aplicar a força. Estão redigidas em forma de proibições, limitações e autorizações, que regulam a aplicação controlada da força. O termo ROE incorporou-se na doutrina militar e a sua tradução do inglês permite-nos compreender a sua dupla perspetiva. Por um lado, *engagement* significa confronto, luta, combate, e assim o conceito refere-se às regras que devemos cumprir, mas por outro lado *engagement* também significa compromisso, porque a liderança (o comando) está comprometida (empenhado) a usar a força, seja em caso de legítima defesa, ou para a concretização da missão, apenas em tais casos e formas. As ROE são, portanto, um aspeto concreto de ação, comando, disciplina, planeamento, doutrina e treino (Plana, 2009).

Segundo o PDE 3-00, entende-se que “As Regras de Empenhamento (ROE – *Rules of Engagement*) são diretivas elaboradas para regular o uso da força durante as operações. As ROE reconhecem sempre o direito à legítima defesa. São desenvolvidas para cada operação, baseadas na lei e incluídas no treino das forças, podendo sofrer alterações durante a execução, caso a tipologia da missão se altere. O cumprimento das ROE assegura aos militares que estão a atuar de acordo com a lei internacional, a política nacional e os regulamentos militares” (Exército Português, 2012, pp. 1-17 1-18).

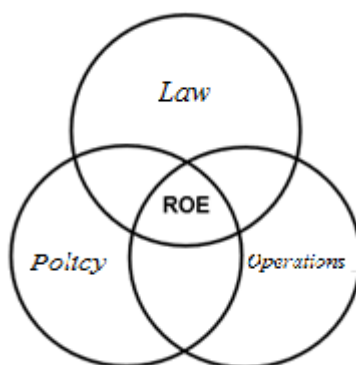
Para a NATO, as ROE são diretrizes para as forças militares (incluindo indivíduos) que definem as circunstâncias, condições, grau e o modo pela qual a força, ou ações que possam ser interpretadas como uma provocação, podem ser aplicadas. As ROE não são usadas para atribuir tarefas ou dar instruções táticas. Com a exceção do direito à legítima defesa, durante o tempo de paz, as operações antes do início de um conflito armado, podem incluir declarações de surpresa ou ato agressão, as ROE fornecem a única autoridade à OTAN / NATO para usar a força. Num conflito armado, consoante a tipologia da missão, as ROE limitam o uso da força, isto é, a resposta é consoante a ameaça impedindo a escalada da violência (MC 362, 1999).

Contudo, em Portugal a definição segue a mesma linha de pensamento da definição da NATO, surtindo apenas uma diferença, na qual substitui “incluindo os indivíduos” por “incluindo elementos isolados”, considerando que os comandantes, no âmbito da operação, possam tomar decisões com repercussões políticas, quer estejam ao nível estratégico, operacional ou tático. Para o militar ao nível tático, o conteúdo das ROE deve ser traduzido em comandos, normativos (instruções), individuais e concretos (Carreira, 2004, p. 47).

## **2.2. Natureza das ROE**

As ROE são fundamentais para o cumprimento da missão, no entanto, não definem a forma como alcançar o fim de uma missão do ponto de vista militar, apenas regulam a intervenção e os procedimentos com base no Direito Internacional. As decisões de natureza militar continuam a ser da inteira responsabilidade dos comandantes do Teatro de Operações, mas pretende-se enquadrá-las em objetivos mais vastos, que contribuam para situações de estabilidade governativa e não de simples vitórias militares. No planeamento ROE existem vários fatores que têm impacto sobre a sua constituição e formulação para um determinado teatro de operações (TO), considerando essenciais para este mesmo processo três pilares, sendo estes, o político, legal e as forças militares (operacional) que possam ter impacto na missão (CLAMO, 2000).

Estas regras podem ser preconizadas para restringir determinadas ações ou para ampliar os limites de uma ação, sendo o resumo de vários fatores, que incluem a referência na parte legal das operações, as instruções políticas e as considerações operacionais que derivam da própria missão (Plana, 2009).



**Figura 1 - Base de Regras de Empenhamento**

**Fonte:** (CLAMO, 2000, pp. 1-1)

### **2.2.1. Nível Político**

O nível político é um dos mais importantes no controlo sobre o poder militar, obtendo o máximo de referência diante o âmbito legal, no qual o poder militar está sujeito à lei, para isso, corresponde aos militares destacados numa campanha cumprir as ordens que vierem dos seus superiores, sem tomarem decisões políticas. Como anteriormente referido, o conhecimento das ROE deve exigir-se aos militares destacados para os TO e representa uma metodologia de trabalho para se atingir um ambiente seguro e estável para as populações (Plana, 2009). Ao nível político a intenção é, simplesmente, para garantir a coerência das ações militares tomadas no decurso de uma operação, com a finalidade de cumprir os objetivos políticos. O militar pode facilmente interpretar, de acordo com as ROE, o que lhe é permitido ou não e, estipular os limites à utilização da força que pode ser utilizada (Faix, 2010).

Segundo Carreira (2004), a dimensão política das ROE é a dominante, tendo em conta todas as definições referidas do nível político e das ROE. Entende-se que todos os militares atuam dentro das margens políticas, onde as ROE são a ferramenta que assegura as ações dos militares dentro dos limites impostos pelo poder político. As ROE abrangem um campo enorme como: “controlo da escalada; gestão dos fatores “onde, quando, como”;

otimização do emprego dos meios; articulação da ação militar com as diretivas políticas; razões de disciplina, ética e axiológicas” (Carreira, 2004, p. 48).

### 2.2.2. Nível Jurídico

Em Portugal, no âmbito das ROE

“assume particular relevância o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, o Regulamento de Disciplina Militar, o Código Penal, o Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional. E claro, a Constituição da República, à qual todos aqueles normativos devem obediência, pois que nela se inscrevem os Valores e Princípios que nos definem como Comunidade com um futuro desejado comum. No âmbito internacional, relevam-se a Carta das Nações Unidas, o Tratado Constituinte da NATO e o Estatuto de Roma” (Moura, 2013, p. 2).

Diante um quadro legal, isto é, de acordo com as leis impostas, é importante salientar que as ROE não são uma fonte separada de obrigações legais, bem como do Direito Internacional Público (DIP), onde o comandante tem orientações claras, isto é, tem a obrigação de comandar e orientar a força, sem prejuízo do âmbito legal. As ROE salvaguardam o cumprimento do direito internacional (Faix, 2010). No âmbito legal, as ROE podem reproduzir interdições de ataques contra certos alvos (contra civis), ou até mesmo limitar competências para ordenar determinados ataques, conforme estipulado no DIH<sup>2</sup>. No entanto, as ROE também podem limitar ou proibir o uso de determinadas armas e táticas (mesmo no caso de se revelar adequado e permitido pelo DIH) (Faix, 2010).

“O objetivo do Direito não é justificar a guerra, mas reprimi-la, por intermédio da sua proibição (*jus contra bellum*), da limitação das hostilidades durante os conflitos armados (*jus in bello*), ou do julgamento dos acusados de violação das normas humanitárias (*jus post bellum*). O DIH, mais especificamente, o DIHCA, atua a partir do desrespeito à regra geral de interdição do uso da força (início dos combates) até a punição dos culpados, em busca do apaziguamento” (Baleizão, 2010).

As operações militares regem-se pelo Direito Internacional (DI), incluindo o Direito Internacional Humanitário dos Conflitos Armados (DIHCA)<sup>3</sup>. Todos os Países

---

<sup>2</sup>**Direito Internacional Humanitário (DIH):** O objetivo principal é humanizar a guerra, disciplinando os seres humanos da violência causada por eles mesmo, protegendo os que se encontram em perigo, e principalmente manter qualquer indivíduo na sua integridade física, no decorrer de qualquer um dos conflitos armados (Deyra, 2001).

<sup>3</sup>**Direito Internacional Humanitário dos Conflitos Armados (DIHCA):** O Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados (DIHCA) regula a atuação das forças militares, tendo com finalidade proteger os combatentes e não combatentes do sofrimento desnecessário; salvaguardar os direitos humanos dos PG, feridos e civis; facilitando assim a passagem para a paz (Exército Português, 2012).

O Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados tem precisamente por objetivo conter ou limitar o sofrimento humano desnecessário resultante dos conflitos armados caracterizados com o uso da violência armada apto a produzir situações de crueldade extrema (Leandro, 2012, p. 15). Ocupa um lugar especial no

integrados nas operações militares são obrigados a cumprir o DIHCA, bem como as Convenções de Genebra e Haia. A implementação e o cumprimento DIHCA, bem como do DI, é da responsabilidade de cada Nação (International Institute of Humanitarian Law, 2009).

### **2.2.3. Nível Operacional**

Por fim, destaque-se o terceiro pilar (Operacional) da composição das ROE. Neste âmbito, as ROE cobrem um vasto campo, deparando-se com alguns fatores, tais como: “onde, quando, como”; otimização do emprego dos meios; articulação da ação militar com as diretivas políticas; razões de disciplina, ética e axiológica. No entanto, ao nível legal o DI pode permitir a utilização de determinados meios, mas a nação de um determinado interveniente pode determinar a não utilização desse meio (Carreira, 2004).

As ROE estabelecem limitações concretas ao exercício de comando, visto que determinam como, onde, quando e contra quem deve ser empregue a força. Isto significa que catalogam uma gama de ações, que vão mais além do mero emprego da força, combinando medidas permissivas e proibitivas, mais ou menos violentas, em relação a uma escala de incremento da força, desde as simples ameaças às ações de combate.

O uso dos melhores meios, através de tais medidas aumenta a efetividade das operações, assegurando que as hostilidades se submetam ao Direito Internacional Humanitário dos Conflitos Armados, especialmente no que diz respeito ao princípio de distinção entre civis e combatentes (militares), reduzindo os danos colaterais em percentagens aceitáveis a nível político e de opinião pública, seja sobre a população civil, seja sobre as Nossas Forças ou aliadas (fratricídios, ou baixas). Entende-se por dano colateral o não intencional, decorrido como resultado do aumento do emprego da força, e por fratricídio, as mortes causadas nas Nossas Forças e aliadas como consequência de tais danos, confundindo com um inimigo, embora as definições de dano colateral sejam muito mais complexas, abundantes e extensas (Plana, 2009).

Segundo Moura, o poder militar é um representante do poder político, isto é, o poder militar leva a cabo as intenções do poder político, sendo que neste contexto, as Forças Armadas (FA) intervêm na elaboração, definição e execução das ROE. Para as FA atuarem de acordo com o poder político, sem infringirem determinados pontos da lei, têm de analisar

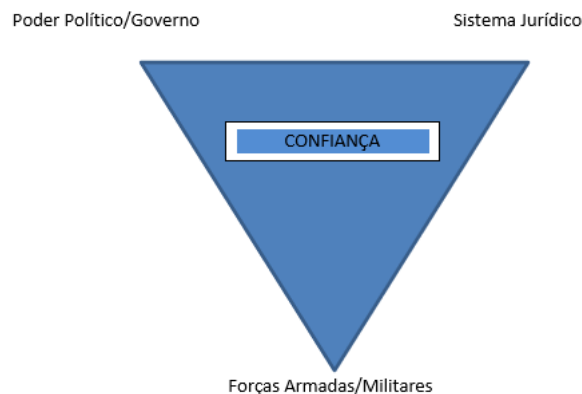
---

contexto do Direito Internacional que, ao contrário da prática clássica não regula apenas as relações entre estados, mas tende para a proteção dos direitos dos indivíduos (Leandro, 2005, p. 193).

concretamente as intenções políticas e o TO, isto para não sair dos limites/margens do plano jurídico (Moura, 2013).

“Mas o contexto não é apenas teórico, ou formal. É real, um real complexo, plurifacetado, muitas vezes imprevisível, difuso ou dúbio na sua aparência, assimétrico na relação forma/potência com que se apresenta como hipotético ou real conflito” (Moura, 2013, p. 3).

Esta realidade só funciona na base da confiança entre os 3 pilares de responsabilidade que integram a execução das Regras de Empenhamento (ROE).



**Figura 2 – Os 3 Pilares de responsabilidade do ROE**

**Fonte:** (Moura, 2013, p. 3).

### **3. Operações de Estabilização**

Na atualidade e devido às tendências internacionais, surgiram novas formas de emprego das forças destacadas, o que nos leva a debruçar sobre as Op Est, que têm vindo a ganhar cada vez mais importância nos teatros atuais, considerando que este tipo de operações exerce um grande peso neste Trabalho de Investigação e, para a realização do mesmo, será enumerado, em continuação, o que de mais tem importância.

Pretende-se de seguida, descrever e explicar as Op Est de acordo com a doutrina portuguesa, presente no PDE 3-00 Operações (2012) e da NATO no AJP-3.4.5 (2015), onde, para uma melhor perceção das mesmas, vamos expor o que entendemos por Op Est, espectro de conflitos, bem como os temas de campanhas, havendo no final lugar a enquadramento, ficando-se, assim, a perceber a ligação entre eles. Por fim, abordaremos os princípios, tarefas e finalidades, de forma a termos uma base de conhecimento sólida das Op Est.



### 3.1. Conceito

As Operações de Estabilização visam, essencialmente, a manutenção ou o restabelecimento de uma paz estável e duradoura, facilitando, assim, a reconciliação entre as partes, apoiar o restabelecimento de pilares fulcrais no funcionamento de um país, tais como: instituições políticas; legais, sociais e económicas; a transição de responsabilidades para um governo local legítimo; apoiar a reconstrução de emergência de infraestruturas e prestar ajuda humanitária (Exército Português, 2012). Salientando, ainda, que o processo de estabilização e reconstrução de um país ou região em conflito caminham lado a lado, por exemplo, um ambiente seguro e estável promovido por uma presença militar facilita o trabalho das organizações internacionais e de organizações não-governamentais, o que permite a reconstrução e as outras atividades de prosperar. Estas operações contribuem, por seu lado, para a estabilidade a longo prazo (NATO, 2015a).

Normalmente são conduzidas em operações de grande envergadura, em campanhas ou durante a resposta a crises, (normalmente em regiões de estados frágeis)<sup>4</sup>, onde o estado não consegue assegurar o direito de segurança das populações. (Exército Português, 2012).

O objetivo a longo prazo é promover esses processos, que conduzem à estabilidade duradoura e à paz autossustentável (NATO, 2010b).

“Muito embora estas operações sejam categorizadas dentro do estabelecido na doutrina conjunta dos aliados como **não artigo 5º (NA5CRO)**, podem ser conduzidas como resultado de uma operação do artigo 5º ou outras grandes operações de combate. Da mesma forma, elas também podem ser realizadas simultaneamente ou em conjunto com outro NA5CRO” (NATO, 2010b, pp. 2-9).

No entanto, na condução das Op Est fornece um conceito mais abrangente de estabilização em estados instáveis, isto é, dirigindo-se, em primeiro lugar, às fontes de instabilidade. Consequentemente, este tipo de operações pode estar em consonância com outras operações. Em certos casos, estas operações podem coincidir com outras, tais como Operações Ofensivas e Defensivas. É possível encontrar-se na mesma área geográfica, em simultâneo, operações ofensivas e de estabilização. (NATO, 2015a).

As Op Est preservam constantemente a iniciativa através da resolução das causas da instabilidade e nunca obterão sucesso se se limitarem a reagir às iniciativas da ameaça (Exército Português, 2012).

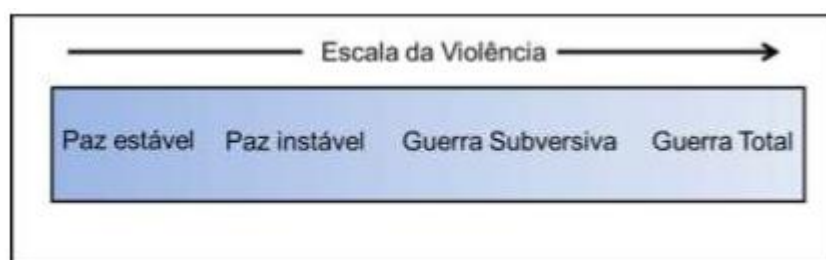
---

<sup>4</sup> Estados frágeis: Estados que não possuem capacidade de realizar suas funções normais e promover o desenvolvimento têm sido chamados de Estados frágeis (Osaghae, 2015).

### 3.2. O Espetro de Conflito

As Op Esp assumem um papel importante e tornou-se comum a expressão “operações em todo o espectro”, sendo assim, qualquer força militar tem de se encontrar em condições de atuar em todo o espectro de operações, no qual as operações de estabilização têm tarefas próprias, o que não acontecia anteriormente (Exército Português, 2012, p. 2).

O espectro de conflito é o plano de fundo para as operações conduzidas pelas Forças Terrestres, este abrange desde o nível de Paz estável até à Guerra Total, passando assim, pela Paz instável e Guerra subversiva (Exército Português, 2012).



**Figura 3 - Escala da Violência**

**Fonte:** (Exército Português, 2012, pp. 2-1).

Sendo esta uma escala gradual, não implica que seja obrigatória a passagem por todos os patamares. Uma guerra pode terminar quase de uma forma instantânea e cair numa situação de paz instável, para isso as forças militares têm de estar preparadas para atuar, tendo que traçar os objetivos de acordo com as linhas orientadoras políticas (Exército Português, 2012).

### 3.3. Operações de estabilização: princípios, tarefas e finalidades.

As Op Est atuam, desde situações de Paz Instável até a situações de Guerra Total, de forma a criar um ambiente seguro e propício ao emprego de outros instrumentos do poder. Para melhor se compreender qual o carácter de uma operação numa área de operações num dado período de tempo, bem como, qual a postura das forças para cumprir a intenção do comandante, foram criados os temas de campanha. O tema de campanha tem implicações na composição e articulação da força, atribuição de recursos, proteção e atribuição de missões táticas. Estes são uma ferramenta que o comandante militar pode utilizar para caracterizar diferentes fases da campanha. (Gonçalves, 2014).

Como foi dito anteriormente, para cada nível da escala de violência do espectro e dependente da operação, corresponderá um tema de campanha. Facilitando, assim, a compreensão e a caracterização das diferentes fases do conflito. De acordo com o espectro de operações, existe um vasto leque de operações, dentro e fora do teatro nacional, para isso, neste capítulo apenas serão abordadas as Op Est, existindo ainda as operações ofensivas, defensivas e ainda de apoio civil (Gonçalves, 2014).

### **3.3.1. Princípios**

Nas Op Est não existem princípios específicos, existindo, sim, princípios que devem ser considerados num estado ou região, que seja considerado de instável (Exército Português, 2012). No ponto de vista militar, estes princípios que, de seguida se enunciam, devem guiar os comandantes no planeamento e na execução:

Pode salientar-se que, para cada tema de campanha, dependente do espectro de conflito, devem considerar-se: “Primazia aos objetivos políticos; compreender o contexto; focar na população (necessidades); promover a governação da *Host Nation* (HN) e as capacidades autóctones; unidade de ação; isolar e neutralizar ameaças irregulares; ganhar apoios (legitimidade); preparar para o longo prazo (perseverança e sustentação); antecipar, aprender e adaptar; flexibilidade; imparcialidade; iniciativa e o uso da Força” (Gonçalves, 2014, p. 20).

O AJP-3.4.5 (2015), também expõe os Princípios das Operações de Estabilização, não tão numerosos como os do PDE 3-00 Operações, mas que acabam por ir de encontro aos que a doutrina portuguesa salientou. Os princípios que fazem referência ao AJP-3.4.5 são: Primazias da política – Os alvos políticos ditam o resultado desejado e dirigem o planeamento e a conduta das operações, onde as atividades das Op Est devem ajudar à possibilidade de concretização de acordo político entre o governo das HN; Foco na população – As necessidades da população, devem estar de acordo no sentido de promover a segurança humana e de incentivar o entendimento político; Compreensão do contexto – muitas vezes o conhecimento do terreno, das pessoas, das estruturas sociais e o contexto histórico não são suficientes, é necessário compreender claramente as fontes da instabilidade e os interesses regionais devem, também, ser considerados; Governo e capacidade das HN – todas as ações da NATO devem ter como objetivo promover a autoridade e a capacidade das HN, com a finalidade de atingir a estabilidade duradora; Instituições de Oportunidade/gestão de esforço ao longo do tempo – As forças da NATO devem manter a capacidade de resposta

perante a ameaça, continuando a promover a segurança em áreas consideradas instáveis, realizando ações de emergência consoante o nível da ameaça (NATO, 2015a).

### 3.3.2. Tarefas primárias/Finalidades de Estabilização

As tarefas primárias de estabilização são fundamentais para as operações em todo o espectro de conflito e são executadas ao longo do mesmo, desde a paz estável até a guerra total. Em qualquer operação, as tarefas primárias e subordinadas de estabilização, (tarefas primárias podem ser decompostas em tarefas subordinadas), são integradas com tarefas ofensivas e defensivas no âmbito das operações em todo o espectro, sendo que todas estas tarefas então combinadas com Quem, Quando, Onde e Para quê, dependendo do enunciado da missão (Gonçalves, 2014).

A tabela seguinte expõe as tarefas das Op Est bem como as suas finalidades.

**Tabela 1: Operações de Estabilização**

<b>Operações de Estabilização</b>	
<b>Tarefas primárias:</b>	<b>Finalidades:</b>
-Estabelecer um ambiente seguro e estável; -Apoiar o restabelecimento da segurança pública; -Apoiar a governação e o desenvolvimento; -Restabelecer serviços essenciais; -Apoiar a recuperação e desenvolvimento de infraestruturas.	-Proporcionar um ambiente seguro; -Estabelecer áreas seguras; -Satisfazer as necessidades básicas da população; -Obter apoios para o governo da HN; -Moldar o ambiente para permitir às autoridades da nação hospedeira e às organizações civis desenvolver as suas atividades com sucesso.

**Fonte:** (Gonçalves, 2014, p. 22).

O PDE 3-00 reconhece ainda cinco áreas de estabilização utilizadas pelas operações de estabilização, como pilares que sustentam e orientam as possíveis tarefas necessárias ao esforço de estabilização, sendo estas uma ferramenta que ajuda na condução da operação como um todo. As tarefas são, desta forma, indissociáveis das áreas de estabilização, isto é, a obtenção de resultados positivos numa área de estabilização depende do sucesso da sincronização das atividades que decorrem no âmbito de outras áreas de estabilização (Exército Português, 2012).

São cinco as áreas de estabilização, a enumerar: Ambiente seguro e estável; Segurança pública; Estabilidade política e desenvolvimento; Ajuda humanitária; Infraestruturas críticas (Exército Português, 2012). Estas áreas, como já foi referido

anteriormente, são indissociáveis das tarefas primárias, como podemos ver na figura seguinte, simplificando o que foi descrito anteriormente.



Figura 4 - Ligação entre tarefas primárias e áreas da estabilização

Fonte: (Exército Português, 2012, pp. 8-13).

#### 4. Síntese conclusiva da revisão da literatura

Em reflexão ao primeiro capítulo, convém reter que, as atividades relacionadas com o uso da força em Operações Militares (Op Mil), são efetivamente conduzidas, limitadas e controladas pelas ROE, sendo estas linhas orientadoras para os comandantes no decorrer de uma operação militar. Estabelecem o uso legítimo, gradual e proporcional da força para cada operação militar em que se está inserido.

As ROE, para além de limitarem o uso da força, também definem as circunstâncias, condições, grau e forma sob as quais se pode ou não aplicar, inclusive, em circunstâncias de legítima defesa. Por conseguinte, estas regras estão escritas em formas de proibições, limitações e autorizações que regulam a aplicação controlada da força. Conclui-se, assim, que as ROE são um aspeto concreto de ação de comando e disciplina, planeamento, doutrina e treino dos militares para as Operações Militares. As ROE são desenvolvidas para cada Operação Militar, baseadas na lei e incluídas no treino coletivo e individual, o cumprimento das mesmas assegura aos militares que estão inseridos na Operação e a atuar de acordo com a lei internacional, a política nacional e aos regulamentos militares. Durante a execução de uma operação podem sofrer alterações caso a tipologia da operação ou a situação se altere. A utilização das ROE pressupõe intervenção em três níveis: político; legal e operacional.

Todos os tipos de Operações, sem exceção das de Estabilização, possuem princípios, tarefas e finalidades para a concretização da missão, sendo que, o objetivo das ROE consiste

em atingir um ambiente seguro e estável para as populações, onde exista ordem e se possa evoluir no sentido da criação de um Estado de Direito. As ROE, durante as Op Est, desempenham importantes papéis de orientação para a ação e por isso se devem reger por características, princípios e considerações operacionais.

Em termos dos princípios e havendo primado da política, haverá necessidade de atuar de acordo com compromissos para as elites locais concorrentes e a população em geral. O foco deverá estar sempre na promoção da segurança das populações e encorajamento para o suporte da solução política. A segurança das populações implica a existência de condições, para que estas possam realizar as suas atividades quotidianas, num ambiente de ordem e sem riscos para a sua integridade física.

É necessário conhecer o contexto da realidade local, perceber quais são as fontes de instabilidade e quem beneficia delas e haverá necessidade de perceber os interesses regionais. Em situações de grande fragilidade do poder político haverá necessidade de chamar a atenção para a manutenção dos princípios em que se baseiam os compromissos internacionais e verificar onde se encontram as janelas de oportunidade para a sustentabilidade dos esforços de paz, atuando com uma boa gestão do esforço.

Um processo de estabilização é aquele em que se promove a consolidação da autoridade política nacional, a promoção de condições de estabilidade de longo prazo, utilizando ações civis e militares para reduzir a violência e restabelecer a segurança para as populações. Considerando que as Op Mil descontextualizadas e sem integração em objetivos mais aprofundados de contribuir para uma futura estabilidade governativa, podem ter efeitos negativos para os civis, as ROE constituem-se como uma importante ferramenta de estabelecimento de limites de atuação quanto ao uso da força, particularmente no que se refere a questões de proporcionalidade face aos ataques sofridos.

## **CAPÍTULO 2**

### **METODOLOGIA**

#### **1. Metodologia**

De acordo com os objetivos de estudo, formulou-se a seguinte questão de partida: “Qual o papel das ROE nas Operações de Estabilização quando estas se encontram ao mesmo patamar das Operações Defensivas e Ofensivas?”.

Para melhor responder aos objetivos gerais e como forma de concretizar o desenho da investigação, colocámos as seguintes questões derivadas:

QD1: Qual a evolução do conceito das ROE desde o seu aparecimento (origem) até à atualidade?

QD2: Que alterações têm vindo a sofrer as Operações Militares, desde o período da Guerra Fria?

QD3: Porquê as Operações de Estabilização foram elevadas ao mesmo nível das Operações Ofensivas e Defensivas?

QD4: Quais os vetores de utilização que permitem aos militares a inteirama percepção da ROE no contexto das Operação de Estabilização?

Para o IESM (2014) hipóteses de estudo são: “hipótese de investigação é a resposta temporária, provisória, que o investigador propõe perante uma interrogação formulada a partir de um problema de investigação” (IESM, 2014, p. 48).

Neste sentido, foram formuladas as seguintes hipóteses:

H1: As ROE começaram a marcar presença no decorrer da Guerra Fria, anos 50, mas onde o termo ROE ficou definido e utilizado pela primeira vez como Regras de Empenhamento foi no Vietname, anos 60. Atualmente a sua importância, no decorrer das Operações Militares, é indispensável.

H2: As Operações Militares têm vindo a sofrer alterações até à atualidade, principalmente após a Guerra Fria, as razões destas mudanças foi a evolução da humanidade, tais como, cultura, política, legal e muitos outros. Estas mudanças obrigam à evolução na forma de atuar, pensar e as restrições impostas têm de ser diferentes, consoante a tipologia da missão.

H3: Com as alterações e a complexidade dos teatros de operações, as Operações de Combate e Operações de Estabilização decorrem em simultâneo, chegando-se à conclusão que não basta somente vitória militar, mas sim, um ambiente seguro e estável.

H4: No decorrer das Operações de Estabilização, revela-se essencial o treino prévio dos militares para uma adequada interpretação e percepção das ROE. O treino do uso da força, em função da legítima defesa, é fundamental, atendendo a que a aplicação da força.

### **1.1. Metodologia da investigação**

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando as decisões do cientista” (Marconi, 1983).

Na perspetiva de (Popper, 2011) o pensamento científico recorre também ao uso sistemático do modelo hipotético-dedutivo. Através da inferência ou raciocínio dedutivo e, após formulada a hipótese, deduzem-se as possíveis consequências práticas que são submetidas a verificação (Vilelas, 2009). A hipótese não se prova, não se confirma, somente os resultados deduzidos a partir desta. Atendendo à matéria em estudo, a nossa opção foi pela realização de um estudo exploratório, de natureza qualitativa.

Depois de formulada a questão de partida- “Qual o papel das ROE nas Operações de Estabilização, se estas se encontram ao mesmo patamar das Operações Defensivas e Ofensivas?” colocam-se diversas questões derivadas que permitem aprofundar o conhecimento da problemática da investigação. Foram colocadas diversas hipóteses de investigação para ser possível atingir conclusões e alcançar os objetivos a que se propõe esta investigação.

Para se reunirem informações sobre a perspetiva das chefias militares com experiência internacional no que respeita à temática da investigação, foram realizadas entrevistas que, de seguida, foram tratadas com a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2009).

A utilização da análise de conteúdo, como técnica de análise de depoimentos recolhidos através de entrevistas, permite avaliar o discurso dos entrevistados, no seu nível mais significativo, avaliando a linguística, os conceitos, a sintaxe. Assume-se que a entrevista, com base em perguntas abertas, permite ao entrevistado exprimir livremente a sua opinião e o entrevistador apresenta-se apenas como ouvinte atento, sem possibilidade de dirigir ou distorcer o discurso produzido pelo entrevistado. Esta técnica é considerada



importante nos estudos exploratórios, quando não existe ainda quantidade de produção científica, a nível de um determinado tema.

## CAPÍTULO 3

### EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS ROE

#### 1. Evolução Histórica das ROE

Ao longo deste capítulo, desenvolve-se uma resenha histórica da evolução das Regras de Empenhamento (ROE), desde a sua origem até à atualidade com o objetivo de verificar o enquadramento atual destas regras nas Operações Militares.

##### 1.1. Origem

Relativamente à origem das ROE, de salientar que são diversos os autores que referem diferentes origens das ROE. No entanto, debruçar-nos-emos sobre a origem que predomina e prevalece em todos eles.

Desde a Antiguidade Clássica que os fenómenos de conflitos armados acompanham o homem, questionando-se a si mesmo se existiram guerras justas. Na Idade Média, os Doutores da Igreja definiam que “*a guerra não é imediatamente ilícita quando possui uma «justa causa»*”, considerando, assim, uma Guerra “*santa*”, por isso, “*justa*”, onde o “*Direito a Guerra*”, ou *Jus ad bello*, pertencia à moral, à ética, à filosofia política e jurídica. Durante esta mesma época, o uso da força era detido pelo poder político, mais tarde, na Idade Média, os líderes feudais não deram qualquer tipo de importância à legalidade desse mesmo uso (Assis, 2008, p. 4). No período do Renascimento, só com Hugo Grócio, com o seu *De jure Belli ac Pacis* (1625), onde contesta a ideia de a guerra ser incompatível com o direito, levantando o direito comum dos povos no recurso à guerra (*jus ad bellum*) e na mesma linha (*jus in bello*), colocando o conflito apto à aplicação da justiça natural. No século XIX e XX surgem as Conferências de Genebra (1864) e de Haia (1899 e 1907), com o esforço de alguns homens<sup>5</sup>, de onde resulta a Cruz Vermelha, bem como uma das principais regras<sup>6</sup>, sendo instituída a necessidade de declaração de guerra e limitações do uso da força (Assis, 2008).

Após as Grandes Guerras Mundiais surge a Carta das Nações Unidas (CNU) e esta passa a ser a principal referência do controlo do uso da força nas relações internacionais, sendo hoje a base legítima das intervenções militares e, em 1949, são assinadas as quatro

---

<sup>5</sup>Jean Henri Dunant (8 de Maio de 1828 - 30 de outubro de 1910), foi um filantropo fundador da Cruz Vermelha. Foi também o vencedor do Prémio Nobel de Paz em 1901.

Fyodor Fyodorovich Martens (8 de agosto de 1845 – 20 de junho de 1909), foi um diplomata e jurista russo que deu um enorme contributo à lei internacional, em especial ao DCA

<sup>6</sup>Conferências de Genebra (1864) e de Haia

Convenções de Genebra que, em conjunto com as Convenções de Haia, se transformam em referências legais do *jus in bello*, sendo estes os limites da necessidade militar em operações militares (Assis, 2008).

No entanto, na década de 50, do séc. XX, durante a Guerra Fria, ocorre o aparecimento das ROE, quando os navios dos EUA, sofriam ações por parte dos navios do Pacto de Varsóvia, sendo que, através deste contratempo, se tornou necessário dar orientações aos comandantes, que lhes permitissem controlar o escalar da violência no decorrer do confronto. Contudo, este conceito foi tido novamente em conta nos anos 60 do mesmo século, mas desta vez, por elementos das FA dos EUA na Coreia do Sul (Martineau, 2004).

Segundo Fernandez (2007), a primeira aplicação das ROE surge na Guerra da Coreia, no início dos anos 50, em plena Guerra Fria, como foi descrito anteriormente. No entanto, convém referir que só nos anos 60, durante a guerra do Vietname, foi utilizado o termo Regras de Empenhamento. A sua introdução e aplicação, das ROE, deparou-se com uma vasta oposição, tanto ao nível político como militar. O nível político opôs-se a elas, temia prejudicar a segurança das tropas americanas no que toca à limitação da força. Desde então, as ROE têm sido um recurso nas operações militares, como forma de regular e unificar o comportamento das forças militares, em todo o espectro de operações (Fernández, 2007).

Na Europa, também o italiano Pierini refere como precedente histórico das ROE, as instruções dadas aos comandantes navais em tempos de Guerra Fria ([EMEJ], 2012). Segundo Pierini (2007), a primeira invocação das ROE remonta para o séc. XVIII, mais concretamente, quando é proferida a frase “ninguém abre fogo até ver o branco dos seus olhos” pressupondo o domínio total do Comandante sobre a situação. Já tinham sido proferidos alguns exemplos de instruções aos comandantes Britânicos no Mar Báltico em 1918 (Pierini, 2007, p. 4). Embora Pierini tenha referido anteriormente que a origem das ROE remete para as instruções dadas aos comandantes navais em tempos de Guerra Fria, este remete para o Norte-Americano Philips, que desenvolveu um trabalho relativo às instruções dadas aos comandantes da armada britânica, que se encontravam a operar no Mar Báltico nos tempos da primeira Guerra Mundial ([EMEJ], 2012).

Segundo a obra de Hayes, este afirma que “apesar das ROE terem estado presentes, de uma forma ou de outra, desde que os governantes enviaram homens em batalha, só recentemente receberam a atenção que merecem”, as implementações do primeiro sistema de regras navais tiveram lugar no seu país em 1981 (Hayes, 1989, p. 5).

Em 1983 nos EUA, surge uma ressalva adicional às ROE, em que todos os militares, sobre a sua alçada, têm o direito inerente de legítima defesa. Em tempo de paz, as Regras de Empenhamento (PROE), enfatizando que contra a intenção hostil, a resposta deve ser adequada ao nível da ameaça, antes das PROE, as ROE só tinham servido em tempo de guerra sendo designadas como WROE, mas em 1994 as PROE foram substituídas por *Joint Chiefs of Staff Standing ROE* (JCS SROE), que exige que o uso da força, também deve ser parte do Direito Internacional e, em operações internas, é regido pelo direito referente a cada Nação (Encyclopedia Britannica, 2014).

As ROE eram usadas em todas as operações militares, independentemente da sua localização, exceto dentro do próprio estado, no qual, a partir de 15 de janeiro de 2000<sup>7</sup>, passam, então, a aplicar-se no decorrer de operações, contingências e ataques terroristas fora dos EUA e durante ataques contra os EUA. A este do Oceano Atlântico, as ROE foram testadas contra a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (Pierini, 2007).

Após o início de um conflito, as ROE definem como e em que circunstâncias são conduzidas, sendo orientadas pelos objetivos políticos e no âmbito do Direito Internacional (Pierini, 2007).

## **1.2. Síntese Conclusiva**

Segundo os autores referidos anteriormente, pode-se concluir que sempre existiram regras, mas que o verdadeiro termo ROE começou a sentir o seu peso e a ser notado com elevada importância no decorrer dos anos 50, séc. XX, na Guerra Fria, muito embora, possamos afirmar que o conceito foi aplicado, efetivamente, nos anos 60, desta vez por elementos das FA dos EUA, época em que começou a afirmar-se até aos dias de hoje.

As ROE adquiriram relevância nos teatros dos anos 50 e 60, desde então até à atualidade. Vieram idealizar uma forma escrita e sistematizada de dar orientações e diretrizes no âmbito da função de comando e controlo, isto é, tornou-se necessário dar orientações aos comandantes, permitindo-lhes, assim, controlar o escalar da violência no decorrer das Operações Militares. A introdução das ROE no Exército provocou uma vasta oposição, tanto ao nível militar como ao nível político, pois temiam prejudicar a segurança das tropas. Desde então, as ROE têm sido um recurso para as Op Mil de forma a regular e unificar o comportamento das forças militares. As ROE, até à data de 15 de janeiro de 2000, eram

---

<sup>7</sup> Começou a ser aplicado em qualquer parte do globo, dentro o fora do território nacional.

aplicadas unicamente fora do teatro nacional Norte-americano, *a posteriori* passaram a aplicar-se no decorrer de operações, contingências e durante ataques contra o próprio país.

Nos teatros de operações atuais, as ROE definem como e em que circunstâncias são conduzidas, sendo orientadas pelos objetivos políticos no âmbito do Direito Internacional.

## **CAPÍTULO 4**

### **EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES MILITARES**

#### **1. Evolução das Operações Militares**

Neste capítulo, abordar-se-á o tema das Operações Militares, isto é, a evolução do emprego do instrumento militar ao longo dos tempos, onde passaremos a desenvolver o tema desde a década de 50-60 até à atualidade, sendo considerada como a era da Informação digital – Guerra Digital. Pretendemos salientar como os princípios tradicionais de comando passaram a estar mais reforçados com a tecnologia atual, como abordaremos mais adiante.

Ao longo deste período, os exércitos evoluíram, adaptando a sua organização às novas capacidades conferidas pelos novos armamentos e equipamentos (Smith, 2008).

O Ambiente Operacional é definido pelas características ambientais influenciadoras das intervenções armadas. Segundo a doutrina dos EUA para o Exército, as tendências que mais afetaram a conduta das operações são a globalização, a urbanização, a tecnologia, as alterações demográficas, a luta por recursos, as alterações climáticas, as epidemias e pandemias, a proliferação de armas de destruição maciça e o aumento de Estados frágeis e falhados (Barros, 2010).

A conjuntura mundial veio alterar o emprego das forças militares, colocando em dúvida a utilidade dos exércitos massivos, organizados e armados para a tipologia de combate típico da Guerra Fria. O exército em massa e numeroso, tornou-se efetivamente obsoleto, a Guerra Fria tinha terminado sem um único tiro e a grande máquina deixou de ser útil – os exércitos dispunham de uma grande quantidade de homens, muitos dependiam do alistamento e dispunham de meios industriais<sup>8</sup> e das indústrias para os manter (Smith, 2008).

Reduziu-se o número, mas mantiveram-se os equipamentos, por vezes substituídos por modelos similares ou envelhecidos, devido à fraca prioridade atribuída à sua substituição. Como justificação, ainda se argumenta que com o fim da Guerra Fria, as nações europeias quiseram desfrutar da paz, sendo as suas forças empregues apenas em manutenção desta (Smith, 2008).

Sendo assim, com a redução drástica das forças e mantendo os seus equipamentos inalterados e atualmente combatendo inimigos não estatais, ideologicamente motivados e

---

<sup>8</sup>Meios Industriais: carros de combate, canhões, caças-bombardeiros, navios (Smith, 2008).

com armamento leveiro, os exércitos estão completamente desajustados face às ameaças que encontram no campo de batalha (Smith, 2008).

Esta evolução do emprego do instrumento militar não se verificou apenas no campo técnico. Os próprios objetivos, assim como a estratégia para os atingir, evoluíram adaptando-se a novas conjunturas políticas, sociais e económicas (Smith, 2008).

A doutrina do Exército evoluiu no sentido de atender aos desafios com que tiveram que se confrontar perante as dificuldades apresentadas pelas formações inimigas. Grande parte dessa dificuldade, que surgiu após a combinação de termos doutrinários e prioridades operacionais, ocorreu quando o Exército elevou as operações de estabilização ao mesmo patamar de importância das operações ofensivas e defensivas, no âmbito das *operações no espectro completo*, com esta evolução e com os exércitos atuais, menos numerosos, surgiu a necessidade de implementação de regras nos teatros de operações (Benson, 2012). Para melhor interpretar as alterações sofridas nos exércitos, debruçamo-nos no exemplo dos EUA, que após os finais da Guerra Fria, em 1991, se envolveram num novo conflito, a Guerra do Golfo, dispondo de um Exército munido de equipamento moderno, em quantidade e adequado à guerra convencional (Barros, 2010).

Na sequência dos anos 90, sublinha-se o caso da Somália, Haiti, Bósnia e Kosovo, com a participação em operações militares de não guerra de longa duração, que prosseguiu na primeira década deste século, no Iraque e no Afeganistão. Chegamos ao séc. XXI ainda envolvidos com várias partes do mundo em situações de não guerra (Benson, 2012).

O exército dos EUA, com a vasta experiência adquirida nos Teatros de Operações<sup>9</sup>, onde esteve presente, deparou-se com a necessidade de reformular um Exército desenhado para o pré - posicionamento num Exército projetável. Os EUA diminuem o peso das suas divisões, dando origem às suas Brigadas médias (Barros, 2010). Outra novidade que surgiu com as experiências do Golfo, Somália, Bósnia e Kosovo, foi a difusão da informação, em que qualquer acontecimento no local pode ser visto a nível mundial, concluindo que toda esta fluência de informação só foi possível através da capacidade dos *media* (Barros, A Evolução do Poder Terrestre Nos Últimos Anos a Nivel Mundial, 2010).

Com os novos processos de distribuição de informação, o esforço de planeamento para o emprego das forças é mais reduzido, permite um melhor controlo da força, e todas as atitudes tomadas perante as populações estão conforme o estabelecido pelo poder político e estratégico, a mobilidade continuará a ser um requisito fundamental, a logística torna-se

---

<sup>9</sup> Os EUA estiveram presentes: Guerra da Coreia liderando as forças da Organização das Nações Unidas (ONU); Vietname; Panamá (Barros, 2010).

muito mais flexível, o que permite melhorar as condições das forças e a sua sobrevivência, o que não acontecia no cenário anterior (Bispo, 2004).

Novos meios tecnológicos implicam novas formas de fazer a guerra, ainda que os objetivos possam ser os mesmos, e a este nível também ocorrem mudanças que podem pôr em causa a organização tradicional, e provocar algumas alterações, ou evoluções, nos princípios de emprego das forças armadas (Bispo, 2004).

O progresso recai sempre na consolidação das experiências passadas, melhorando e renovando a partir dos quadros já existentes, para uma aplicação futura (Bispo, 2004).

Apesar de toda a capacidade da informação, e das revoluções ao nível de capacidade e meios no caso das forças utilizadas no Iraque, em 1991, e no Kosovo o sucesso das campanhas aéreas e o uso massivo de fogos, o avanço das forças terrestres revelaram-se necessários para consolidar e obter a vitória ao nível militar.

Se para a obtenção do estado final pretendido continuamos a considerar o Poder Terrestre como poder decisivo ao longo do espectro de Operações Militares, existe agora uma outra preocupação que não existia anteriormente, o controlo das populações e o estabelecimento de um ambiente seguro e estável (Barros, 2010).

“Uma lição do Afeganistão, reforçada pela intervenção no Iraque em 2003, é a de que vencer a guerra convencional, ou seja, derrotar as forças convencionais inimigas, não chega. É necessário assegurar a paz nos pós – conflito, para que a vitória convencional tenha algum sentido” (Barros, 2010, p. 18). Para que esta tenha sentido e seja possível, é necessário que o instrumento militar conquiste a população e estabeleça um ambiente seguro e estável e, para que isso seja concretizável, só o poder terrestre consegue cumprir esta tarefa. Contudo, continua a ser de extrema dificuldade controlar as populações, bem como assegurar um ambiente seguro estável no que toca aos teatros desta época (Barros, 2010).

Perante estas novas formas de fazer a guerra e, à medida que se forem demonstrando realmente estas capacidades e estas forem incorporadas, irão surgindo novos requisitos e irão ocorrendo grandes alterações operacionais, organizacionais, sociais e culturais. Todo este processo decorrerá de forma cíclica (Bispo, 2004).

“Apesar desta mutação da conflitualidade, não podemos desprezar que os Exércitos da sociedade industrial continuam a predominar. Mas, mesmo as campanhas planeadas face a estes perturbadores, não poderão fugir de fatores como a urbanização, a presença de não combatentes, a existência de ameaças assimétricas e a omnipresença dos media” (Barros, 2010, p. 38).



## 1.1. Síntese Conclusiva

Ao longo deste capítulo, foram abordadas as alterações nas Operações Militares, a sua relevância da guerra.

Procurou-se estudar o período desde a década de 50-60 até à atualidade, considerada como a era da informação digital - guerra digital, atendendo aos avanços tecnológicos e suas implicações na forma de conduzir as operações militares.

Segundo o Exército dos EUA, a globalização, a urbanização, a tecnologia, as mudanças demográficas, a luta por recursos, as alterações climáticas, as epidemias e pandemias, a proliferação de armas de destruição maciça e o aumento de Estados frágeis e falhados foi o que mais afetou a conduta das operações. As tendências referidas anteriormente vieram alterar o emprego das forças militares, consequentemente e, em primeiro lugar, os exércitos massivos passaram a obsoletos, tornando-se, assim, um exército menos numeroso.

Com os exércitos menos numerosos e o pós-Guerra Fria, as nações europeias quiseram desfrutar da paz, sendo as suas forças empregues apenas na sua manutenção. Mesmo assim, com a redução drástica das forças e mantendo os seus equipamentos inalterados e atualmente combatendo inimigos não estatais<sup>10</sup>, ideologicamente motivados e com armamento ligeiro, os nossos exércitos estão completamente desajustados face às ameaças que encontram no campo de batalha.

A evolução não se verificou apenas no campo técnico. Os próprios objetivos, assim como a estratégia para os atingir, evoluíram, adaptando-se a novas conjunturas políticas, sociais e económicas. Grande parte dessa dificuldade, que surgiu após a combinação de termos doutrinários e prioridades operacionais, ocorrida quando o Exército elevou as operações de estabilização ao mesmo patamar de importância das operações ofensivas e defensivas. Considerando esta evolução e com os exércitos atuais menos numerosos imperou a necessidade de instituição de regras nos teatros de operações.

Na sequência dos anos 90, com a participação em operações militares de não guerra de longa duração, chegou-se à primeira década do séc. XXI, deparamo-nos com a necessidade de reformular um Exército desenhado para o pré - posicionamento num **exército projetável. Ainda neste período, surgiu outra inovação no âmbito das operações militares**; a difusão da informação, em que qualquer acontecimento no local pode ser visto, instantaneamente, a nível mundial.

---

<sup>10</sup> Forças não pertencentes ao país, não legitimadas para uso da força.

Pode-se concluir que os pontos marcantes de toda a evolução sofrida nos exércitos passam pela inovação tecnológica e instituição de regras fundamentais ao regulamento da atuação dos exércitos em todo o tipo de operações, daí a importância de um conjunto de regras como as ROE, particularmente nas Operações de Estabilização.

## **CAPÍTULO 5**

### **A EMERGÊNCIA DAS OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO**

#### **1. A Emergência das Operações de Estabilização ao mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas**

Ao longo do presente capítulo, salientar-se-á a importância das Operações de Estabilização, importância essa que se tem vindo a afirmar nos conflitos. As Op Est, na atualidade, encontram-se no mesmo patamar da Operações Ofensivas e Operações Defensivas (Exército Português, 2012, p. XIII). Contudo, para melhor perceção da importância das Operações de Estabilização, procurar-se-á explicar a razão desse nivelamento, baseado na globalização, e nos TO, uma vez que a tipologia da gestão de crises se encontra devidamente identificada.

As forças militares, estão numa constante mudança, devido a evolução da ciência, as tecnologias de informação e transportes, a aceleração da comunidade económica global e o crescimento da sociedade (Benson, 2012) têm um grande impacto no ambiente operacional, daí advindo aquilo que consideramos de teatros complexos. No entanto, cada teatro é diferente do outro, as forças militares atuam em todo o globo, deparando-se com fatores que incluem diferenças religiosas e éticas que, muitas vezes, são um santuário para potenciais conflitos (Exército Português, 2012, pp. 1-5).

Pode-se afirmar que, no decorrer da última década, o Exército modificou ou excluiu procedimentos, expandiu a definição de “Comando em combate”, desfazendo-se dela mais tarde, mas mantendo os seus elementos essenciais. Desfez-se da ideia da divisão do campo de batalha<sup>11</sup>. Ergueu-se a ideia das Operações de Estabilização ao mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas, onde desencadeou um grande debate no Exército sobre o seu equilíbrio e prioridades, isto no ano de 2008, data coincidente com o aparecimento do FM 3-0 de Operações, manual este que também elevou esta particularidade (Benson, 2012).

A ascensão das Operações de Estabilização ao mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas deve-se, essencialmente, à evolução doutrinária e à natureza do conflito mais significativa dos últimos 30 anos, transformação cultural e filosófica, mudança baseada “nas prioridades do Exército por todo o conjunto constituído por doutrina,

---

<sup>11</sup> Divisão do campo de batalha: “Área da força de cobertura, Zona de resistência e área de retaguarda”.

organização, treinamento (instrução), material, liderança, pessoal e instalações físicas” (Benson, 2012, p. 17).

O Exército, perante esta mudança, reconhece a necessidade de atuar diante da população, implicando, assim, uma vitória diferente do que era normal nas operações militares até 2008, isto é, a concretização da missão na atualidade com as Operações de Ofensivas e Defensivas não se subtrai a uma vitória militar, no campo de batalha, isto é, a missão só termina quando os comandantes definirem que a população local se encontra num ambiente seguro e estável. Resumindo, a missão só é concluída, se obtivermos uma vitória a todos os níveis, (Operações de Estabilização e Combate), mas a vitória concretiza-se com o término baseado no sucesso das Operações de Estabilização (Benson, 2012).

Os EUA, desde 2008 e de acordo com o FM 3-0 de Operações (2008), começaram a realçar a importância de ações não letais associadas às de combate, e a enfatizar as Operações de Estabilização como elemento central. (USA ARMY, 2008). O conceito de OE não era inédito no Exército dos EUA, mas a questão de que eram tão ou mais importantes que as Operações de Combate sim, esta nova maneira de empregar a força militar veio revolucionar a doutrina, (Benson, 2012). Surge a integração do conceito de operações em todo o espectro de conflito, alterando, assim, a utilidade do conceito das Operações, onde, no FM 3-0 de Operações (2011), surge o conceito “*Combining The Elements of Full Spectrum Operations*” (Combinando os Elementos em todo o Espectro de Operações).

Com isto, o comandante passou a planejar as suas missões de forma a aplicar as Operações sejam elas Ofensivas ou Defensivas. Desta forma, o Comandante analisa e faz o levantamento da sua operação, por forma a encontrar um equilíbrio entre as ações letais e não letais. O plano traçado para cada campanha, pelo Exército ou por cada Força Nacional Destacada (FND), vai implicar a existência de um equilíbrio, por forma a responder às suas obrigações perante todo o espectro de conflito (USA ARMY, 2011, pp. 3-19).

Este enquadramento, melhor dizendo, nivelamento, tem como finalidade obter, manter e explorar iniciativas, aceitando o risco e criando oportunidades, com o objetivo de chegar a um resultado concreto, levando a cabo as operações de combate para derrotar o adversário estatal ou não, encontrando-se sincronizada a execução de tarefas de estabilização direcionadas à população presente, com a finalidade de alcançar um ambiente seguro e estável. (Benson, 2012)

No entanto, numa operação que tenha como finalidade a estabilização, o comandante deve estar ciente que parte da força pode ter de executar Operações Ofensivas ou Defensivas. Esta análise, aparentemente, é de fácil integração, tendo em consideração que quanto mais

baixo é o escalão, a preocupação deve ser redobrada. Antes de qualquer intervenção, existem treinos de tarefas direcionadas para combate, preparando assim todos os militares envolvidos, para a complexidade do cenário que irão encontrar e que exigem uma compreensão e leitura redobrada das circunstâncias inerentes às Op Est (Exército Português, 2012).

O que nos levou a pensar e a agir em conformidade com o que foi referido no parágrafo anterior, foram as experiências do nosso próprio exército, bem como as experiências de outros exércitos, o caso dos EUA. Exemplo disso foi a intervenção do Iraque de 2003 a 2011, em que o treino, só para Operações de combate, não era suficiente, “A adaptabilidade operacional proporciona aos líderes efetuarem, de forma contínua, transições entre diferentes tipos de operações. As unidades podem efetuar transições de operações defensivas para ofensivas ou de operações defensivas para operações de estabilização” (Exército Português, 2012, pp. 2-27).

Para que esta transição seja efetuada com sucesso, em todo o espectro de operações, não é suficiente as forças estarem completamente cientes dos treinos, mas terem bem presente as tarefas e finalidades para todo o tipo de operações<sup>12</sup> (Benson, 2012). As tabelas seguintes identificam a tipologia de Operações correspondente a cada tipo de Operação; (A tabela correspondente às Operações de Estabilização está presente no primeiro capítulo).

**Tabela 2 - Operações Ofensivas**

<b>Operações de Ofensivas</b>	
<b>Tarefas primárias:</b>	<b>Finalidades:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Marcha para o contacto;</li> <li>-Ataque;</li> <li>-Golpe de mão;</li> <li>-Exploração;</li> <li>-Perseguição;</li> <li>-Finta;</li> <li>-Demonstração;</li> <li>-Reconhecimento em força;</li> <li>-Emboscada;</li> <li>-Rotura de cerco;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Conquistar terreno decisivo;</li> <li>-Obter informações;</li> <li>-Privar o inimigo de recursos;</li> <li>-Iludir ou desviar a atenção do inimigo da área de realização do esforço;</li> <li>-Fixar as forças inimigas;</li> <li>-Obter iniciativa;</li> <li>-Desorganizar a ação ofensiva do inimigo;</li> <li>-Deslocalizar ou isolar o inimigo;</li> <li>-Criar condições para a condução de uma operação de estabilização.</li> </ul>

**Fonte:** (Exército Português, 2012).

<sup>12</sup>Operações Ofensivas, Operações Defensivas, Operações de Estabilização

**Tabela 3- Operações Defensivas**

<b>Operações Defensivas</b>	
<b>Tarefas primárias:</b>	<b>Finalidades:</b>
-Defesa móvel; -Defesa de área; -Operações retrógradas.	- Provocar o insucesso do ataque do inimigo desgastando a sua capacidade ofensiva; -Manter a posse do terreno e impedir o seu controlo por parte do inimigo; -Ganhar tempo; -Economizar forças de modo a permitir a sua concentração noutra local; -Forçar o inimigo a concentrar forças, ficando mais vulnerável aos fogos amigos.

**Fonte:** (Exército Português, 2012).

Esta divisão permite a Execução de Operações de Estabilização numa determinada área enquanto elementos da mesma força, ou diferentes, numa outra área executam Operações Ofensivas e Defensivas (Exército Português, 2012).

### **1.1. Síntese Conclusiva**

Ao longo deste capítulo, era fundamental desenvolver e perceber a razão pela qual as Operações de Estabilização se encontram ao mesmo nível de importância das Operações Ofensivas e Defensivas.

Daí concluir-se que, atendendo à conjuntura atual, às mudanças sofridas no mundo (cultura, tecnologias, informações, religiões), à globalização e à complexidade dos TO, a missão não era cumprida quando a vitória resultava das Operações Ofensivas e Defensivas, mas sim de conseguir um ambiente seguro e estável para as populações locais.

Foi, desta forma, reconhecida a necessidade de o Exército atuar perante a população, o que permitiu concluir que a vitória militar não se restringia à concretização da missão e que a vitória só era alcançada com a obtenção de um ambiente seguro e estável, enfatizando as Operações de Estabilização. Daí resulta que nos Teatros de Operações atuais, para se alcançar o objetivo final, tornou-se imprescindível situar as Operações de Estabilização ao mesmo nível de importância das Operações Ofensivas e Defensivas.

Este nivelamento das Operações levou a que se implementassem inúmeras alterações a todos os níveis, doutrina, organização, treinamento (instrução), material, liderança, pessoal e instalações físicas. A necessidade deste nivelamento foi atingida com sucesso, devido ao

estabelecimento de prioridades dentro do Teatro de Operações, assim como, tarefas e finalidades que permitiram a transição de operações dentro da mesma força; enquanto parte da força se encontra a realizar OP, o remanescente da força encontra-se no desenvolvimento de Operações Ofensivas e Defensivas.

## **CAPÍTULO 6**

### **AS ROE NAS OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO**

#### **1. Os vetores das ROE nas Operações de Estabilização**

Pretende-se com o presente capítulo, analisar e explicar a função das ROE no contexto de OE. Para tal, abordarei os vetores que são considerados primordiais e a serem tidos em conta pelos militares na condução das OE. Estes vetores ditam, a qualquer militar, a noção das proibições ou autorizações.

Propõe-se salientar, numa primeira instância, a importância do treino de todos os militares envolvidos nas Operações de Estabilização, o uso da força e a legítima defesa, com o objetivo da concretização da missão.

Em qualquer tipo de missão, a referir, neste caso, às OE, salienta-se a necessidade de o Comandante ter presente quais os meios disponíveis, de uma forma criativa e flexível, mas sobretudo, e para se conseguir obter um tipo de liderança forte e cumprir os objetivos propostos, “um esclarecido entendimento das Regras de Empenhamento (ROE) são essenciais para o cumprimento das missões atribuídas” (Atoleiros, 2014, p. 13). Atualmente as ROE são imprescindíveis nos TO, na aplicação da força, bem como na continuidade da missão, visto que são a grande orientação no planeamento das operações e no modo como a força atua em todos os incidentes que possam ocorrer durante a missão (Ferreira, 2010).

Para uma sincronização de homens e de meios, é necessário que todo e qualquer militar tenha noção de como deve operar no TO, visto que uma única atuação isolada que viole as ROE pode comprometer o desempenho de toda a força e comprometimento da missão (Ferreira, 2010).

Neste tipo de Operações (OE), é fundamental a instrução de todos os militares no contexto das ROE, dado que estas regulam a atuação e o uso força. Estas devem estar presentes em todas as decisões a tomar, no que concerne ao escalonamento do uso da força (Ferreira, 2010).

De acordo com o referido nos parágrafos anteriores, exige-se a reflexão sobre dois pontos fundamentais para o cumprimento da missão nas OE, o Treino dos Militares para operações específicas e, ainda, os limites ao Uso da Força, entendidos num plano mais vasto, em que o objetivo fundamental não é apenas conseguir uma vitória militar. Trata-se de utilizar a força em proporcionalidade com o ataque ou a defesa necessária e ter capacidade para interpretar o que é necessário realizar no terreno, para garantir às populações um



ambiente seguro, a partir do qual volte a ser possível reinstalar um modelo de Estado, que possa funcionar e evolua no sentido do seu fortalecimento.

### **1.1. Treino no âmbito das ROE**

Ao longo das últimas décadas, os Comandantes têm procurado um método eficaz para transmitir as ROE aos seus Comandantes subordinados e a todos os militares envolvidos na missão. Perante este quadro, coloca-se a questão dos tipos de perigos que podem advir do escasso *know how* das ROE e as consequências nefastas que daí podem advir (Martins, 1994).

Em primeiro lugar, as Tropas podem responder timidamente a um ataque permitindo, assim, danos na própria força. Em segundo lugar, o problema levantado reside no facto das forças enfrentarem a ameaça com um elevado grau de agressividade, prejudicando inocentes, e comprometendo a missão (Martins, 1994).

Para combater estes dois problemas, e segundo ATrainP-4 (2015), a formação, estipulada pela NATO, é assegurada por cada Nação seguindo o padrão de treino<sup>13</sup>, podendo ser adaptada dependendo da forma como realizam o treino. Um treino prévio, intensivo e bem esclarecido, sobre o perfil das ROE a adaptar à missão em causa é primordial para o sucesso da missão (NATO, 2015).

Tendo como objetivo geral garantir que o pessoal seja entendedor das ROE de forma a desenvolver e aplicar as mesmas, consoante a sua responsabilidade, o objetivo da formação tem como fundamento permitir aos comandantes e pessoal entender a estrutura e procedimentos das ROE e, em segundo lugar, garantir a sensibilização das potenciais consequências de violação das ROE (NATO, 2015). O treino deve, ainda, respeitar diversos princípios, sendo que devem ser aplicados, como veremos na tabela seguinte:

---

<sup>13</sup>Operações lideradas pela NATO / receber formação sobre os seguintes quatro objetivos de aprendizagem (LO): (LO1) entendem que a NATO ROE são; (LO2) compreender a relação entre a Legítima defesa e NATO ROE; (LO3) compreender NATO ROE e o uso da força em operações lideradas pela NATO /; e (LO4) comandantes e pessoal de compreender os procedimentos para o desenvolvimento, elaboração, emissão e alteração NATO ROE para uma operação liderada pela NATO (NATO, 2015).

**Tabela 4 - Treino NATO Objetivos de instrução e de formação**

Objetivos de instrução e de formação
<ul style="list-style-type: none"><li>-Pessoal envolvido no desenvolvimento e pessoal da NATO ROE das operações lideradas pela NATO estão a ser treinados na NATO ROE.</li><li>-Pessoal destacado em operações lideradas pela NATO deve receber instruções específicas da sua missão NATO ROE antes da condução das operações.</li><li>-Formação NATO ROE deve ser proporcional ao grau de responsabilidade pessoal e do seu papel operacional, portanto, os comandantes e funcionários exigem formação especializada NATO ROE.</li><li>-Nações devem assegurar que a formação NATO ROE é ministrada por instrutores devidamente treinados.</li><li>-Formação NATO ROE deve incluir cenários realistas e estudos de caso, exercícios e treinamento de campo prático. Ao preparar as unidades para as operações NATO, ênfase específica deve ser colocada no treinamento de campo prático e na aplicação de ROE específica da sua missão.</li><li>-As Nações devem considerar a adição de treinamento NATO ROE na sua formação militar, treinamento individual e coletivo, e exercícios.</li><li>-A eficácia do treinamento NATO ROE deve ser avaliada em todos os níveis de comando. As lições aprendidas e identificadas e, após relatos de ação, devem ser incorporadas no desenvolvimento de programas de treinamento.</li></ul>

**Fonte:** (NATO, 2015, pp. 2,3)

Contudo, as forças têm de ser sujeitas a avaliações, em conformidade com os objetivos e princípios descritos no ATrainP-4 (2015). Desta forma, incentiva-se a avaliação dos seus programas de formação NATO ROE, avaliação esta em que se propõe testar os conhecimentos dos militares treinados em conformidade; os métodos utilizados podem incluir avaliação em sala de aula, testes escritos e cenários de treino no campo (prático), colocando os militares em situações idênticas àquelas que terão de enfrentar em Teatro de Operações (NATO, 2015).

## **1.2. Uso da Força**

Na condução de Op Est e em Operações em tempo de paz as ROE “retiram a sua autoridade da NAC/DPC<sup>14</sup> e encontram-se em conformidade com o Direito Internacional” (NATO, 2003, p. 5). No período em que decorre a operação/conflito, devem ser tomados todos os procedimentos para controlar o foco de tensão, sem recurso ao uso da força. Quando existe tempo e as condições o permitem, devem ser tomadas medidas de acordo com a tipologia da operação em causa (Exército Português, 2005).

---

<sup>14</sup>North Atlantic Council/ Defence *Planning* Committee.

No caso das Op Est, as forças ou indivíduos considerados hostis devem ser alertados que a nossa força poderá ser empregue caso não cessarem os movimentos considerados hostis, ou abandonarem o local, permitindo assim regular este tipo de atos. No entanto, o comandante local, para prevenir atos hostis, deverá ponderar as ações que não envolvam a aplicação direta da força (Exército Português, 2005). Durante este período, para a sobrevivência das forças lideradas pela NATO durante a crise, as ROE aplicáveis em tempo de paz preveem o Regulamento de medidas ofensivas (NATO, 2003). Relativamente ao cumprimento da missão, o uso da força deverá restringir-se ao estritamente necessário, nas OE as forças deverão evitar ações que possam ser entendidas como provocadoras ou agressivas (Exército Português, 2005).

O uso da força deverá ser permitido pelas ROE, dependendo das circunstâncias, o grau de força usada deve ser apenas a suficiente de modo a realizar as funções e atingir os objetivos da missão, se necessário, para defender a sua propriedade nacional e propriedade de outras forças lideradas pela NATO, a menos que a força seja submetida a provocações, intrusão ou outras interferências, deve continuar a missão por forma a atingir os objetivos (NATO, 2003).

### **1.3. Legítima defesa**

De acordo com o artigo 32º do Código Penal, na redação dada pela Lei nº 59/2007 de 4 de setembro, “constitui legítima defesa o facto praticado como meio necessário para repelir a agressão atual e ilícita de interesses juridicamente protegidos do agente ou de terceiro” (Código Penal — Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República, 2015).

No entanto, é reconhecido que o indivíduo ou unidades têm o direito de se defender contra um ataque<sup>15</sup>, as ROE nunca limitam esse direito. Todos os militares têm de ter presente que a legítima defesa consiste no uso da força necessária e proporcional, na defesa do próprio pessoal, bens e material a seu cargo (Exército Português, 2005). Segundo o MC-362-1 (2003), o direito à legítima defesa é reconhecido internacionalmente que os indivíduos e as unidades têm o direito de se defender contra os ataques iminentes.

“As ROE não limitam este direito. No exercício deste direito, os indivíduos e as unidades vão atuar em conformidade com o Direito de cada nação. A legítima defesa é o uso

---

<sup>15</sup>De acordo com o MC 362/1, “Ataque” significa uso da força contra forças da NATO, no âmbito da “Self-Defence” (NATO, 2003)

da força necessária e proporcional, incluindo força letal, pela NATO / forças lideradas pela NATO e pessoal, para se defender contra os ataques ou ataques iminentes” (NATO, 2003).

O direito à legítima defesa baseia-se em três condições (Exército Português, 2005):

- **Necessidade:** o uso da força é indispensável para assegurar a força, quando ocorre um ataque eminente, o direito à legítima defesa tem como objetivo evitar esse ataque ou reduzi-lo;
- **Proporcionalidade:** significa que o uso da força seja comensurável com a percepção do nível da ameaça que se nos opõe. A força deve ser limitada no grau, forma, intensidade, e duração suficiente para contrariar o ataque ou a ameaça, não abrangendo represálias;
- **Iminência:** significa que a necessidade de defesa é manifestada instantaneamente.
- Com relação à legítima defesa, ataque é o uso da força contra as forças lideradas pela OTAN/NATO e pessoal (NATO, 2003).

Em circunstâncias de tempo de paz e Operações, antes do início de um conflito armado, e onde o uso da força não é justificado por legítima defesa, a força só pode ser exercida dentro dos limites das ROE. As ROE, dentro de uma operação, não devem ser interpretadas como limitadoras do direito de legítima defesa (NATO, 2003).

#### 1.4. Síntese conclusiva

Neste último capítulo, chega-se à conclusão que o treino é um vetor primordial para o entendimento das ROE, ao nível individual e coletivo, pois, para além de um bom entendimento e esclarecimento dessas Regras, como já referido, o treino prévio deve ser muito bem trabalhado, exaustivamente, para uma apreensão e aplicação das mesmas em TO.

É no decorrer dos treinos, que os Militares assimilam a relevância que as ROE possuem. Não é suficiente entregar ao militar um simples documento com essa informação, tem de ser percebido e interpretado corretamente, porque uma má interpretação de um único militar isolado pode por em causa tudo o que está prescrito até então. Nas Op Est, o entendimento das ROE é importante comparativamente às Operações de Combate. As Op Est são complexas porque é necessário saber interpretar no terreno diferentes forças combatentes, o que estas significam no território em causa e o seu significado em termos políticos. Atendendo a que o objetivo fundamental será proporcionar um ambiente seguro e estável para as populações, para um militar conduzir a sua conduta em função do bom funcionamento da missão, tem de ter a perfeita e completa interpretação das ROE.

As ROE não retiram a nenhum militar a possibilidade de legítima defesa, pois esta é uma ressalva das regras à luz do Direito Internacional e para isso pode aplicar o uso da força

proporcional ao da ameaça. Nos casos de legítima defesa, a força deve ser gradual e interpretada; o militar, deve ser sujeito a treino prévio, ainda em território nacional, para saber analisar a ameaça e saber aplicar os meios adequados, antes de ser destacado para o TO. Daqui concluímos que o treino é imprescindível para o sucesso do cumprimento da missão.

Pode então concluir-se, que para uma boa condução das ROE no decurso das OE e para o cumprimento de uma missão com sucesso, é necessário que o militar tenha um perfeito entendimento do que são as OE e as ROE, exercício este que só é apreendido pelo militar através do treino prévio, em situações de treino idêntico ao do TO, como na sua avaliação ainda em território nacional.

O uso da força, que é primordial no TO, é necessário ser controlado e, em situações de legítima defesa, torna-se pertinente a interpretação quanto à proporcionalidade.

## **CAPÍTULO 7**

### **PROCEDIMENTOS E RESULTADOS**

#### **1. Procedimentos da investigação**

A investigação foi concretizada através de realização de entrevistas a militares que, após consulta, se dispuseram amavelmente a expressar a sua opinião. A investigação é de natureza qualitativa, utilizando-se o método hipotético-dedutivo.

#### **2. Universo e constituição da amostra**

O universo da investigação é constituído por elementos das Forças Armadas.

A amostra é não probabilística uma vez que os seus componentes não foram escolhidos aleatoriamente, sendo composta por militares pertencentes a diferentes ramos das Forças Armadas – Exército e Marinha.

#### **3. Técnicas de análise**

##### **3.1. A entrevista**

A entrevista foi elaborada com questões abertas, para permitir aos inquiridos expressar opiniões e completo grau de liberdade nas respostas.

Foram realizadas 6 entrevistas entre os dias 4 e 11 de maio de 2016. As entrevistas foram gravadas, com autorização escrita dos entrevistados e tendo os mesmos sido informados de que poderiam sempre que quisessem ter acesso ao conteúdo das mesmas. As autorizações podem ser encontradas nos apêndices B a G. Foram realizadas entre 4 e 11 de maio de 2016. Foram validadas entrevistas e realizada a respetiva análise de conteúdo para 11 perguntas (resultados nos apêndices). Pretendemos obter uma amostra que nos permita trabalhar com informação independente da localização do entrevistado e da sua posição hierárquica na cadeia de comando. Em nossa opinião, o estudo poderá ser repetido, com mais tempo de realização e para nos permitir, por exemplo, comparar duas amostras independentes passíveis de tratamento estatístico com *software* apropriado, normalmente nestes casos o SPSS (Marôco, 2007).

## **4. Apuramento de resultados**

### **4.1. Análise de conteúdo**

Segundo Bardin (2009, p. 122), o conjunto das entrevistas realizadas constituem o corpo da investigação. A nossa amostra é representativa dos militares com funções de comando. Pretende-se proceder a codificação da linguagem, tendo como referência o léxico utilizado (Bardin, 2009) quando se questionam os entrevistados acerca da importância das ROE. Sendo que toda a comunicação verbal e não verbal se constitui como um código que revela formas de pensamento, pretende-se verificar, através do texto das entrevistas, a importância que as chefias militares conferem às ROE nas OE.

O procedimento na análise categorial pretende classificar elementos do texto, que se produziu com as respostas às entrevistas. As categorias são rúbricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos. O critério de categorização pode ser semântico, sintático ou de léxico (Bardin, 2009, p. 145) sendo que se optou por categorização lexical.

Todos os entrevistados têm em comum:

Um tema- Conhecimento das ROE.

Uma unidade de contexto- Conhecer o papel das ROE nas OE.

É nosso objetivo analisar as mensagens destes “EMISSORES” nos diferentes relacionamentos com a unidade de contexto (Bardin, 2009, pp. 130-131). O objetivo da investigação é “desocultar” o que se encontra por detrás do discurso dos entrevistados, no que respeita ao papel efetivo das ROE em situações concretas e ao seu papel em comparação com Operações Ofensivas e Defensivas.

Atendendo a que a linguagem é um código de comunicação e acompanha modelos de pensamento, a linguagem em geral e o tipo de léxico utilizado, permitem avaliar as opiniões dos entrevistados, pois de forma absolutamente livre podem expressar-se sobre uma dada matéria, uma vez que utilizámos perguntas abertas.

A amostra é não probabilística sendo composta por militares pertencentes a diferentes ramos das Forças Armadas – Exército e Marinha.

Instrumentos

A entrevista foi elaborada com questões abertas, para permitir aos inquiridos expressar opiniões e completo grau de liberdade nas respostas.

Tabela 5-Caraterização dos entrevistados

Caraterização dos entrevistados							
Nome	Idade	Posto	Ramo	Função	Hab. Lit.	Regimento	Local entrevista
<b>Renato Assis</b>	47	Tenente Coronel	Exército	Professor	Mestrado	Academia	Academia
<b>João Godinho</b>	47	Coronel	Exército	Chefe RPF	Mestrado	EMGFA	EMGFA
<b>Diogo Cardoso</b>	53	Coronel	Exército	Inspetor	Licenciatura	IGE	IGE
<b>António Correia</b>	49	Capitão-de-Mar-e-Guerra	Marinha	Adj. Diretor Pessoal	Licenciatura	Tribunal Marítimo	Tribunal Marítimo
<b>José Carreira</b>	67	Vice-Almirante	Marinha	Reformado	Licenciatura		IESM
<b>Francisco Rijo</b>	51	Coronel	Exército	Comandante	Licenciatura	RI 14	

Fonte: autor

Tabela 6 - Questões da entrevista

Questões da entrevista	
1	Já participou em alguma missão? Ou teve algum contato no âmbito das ROE? Se sim, qual?
2	Caso tenha estado em missão, quais as funções exercidas durante a missão?
3	Refira o que pensa sobre as ROE.
4	São estas regras de fato imprescindíveis à atuação militar em momento de controvérsia? Ou pensa que se assim não fosse, o sucesso de uma missão seria posto em causa?
5	Pode referir-me a sua perspetiva, qual a importância no âmbito das operações militares.
6	As Operações Militares têm vindo a sofrer alterações.... Pode enumerar algumas dessas alterações.
7	O porquê das Operações de estabilização se encontrar no mesmo patamar das Operações Ofensivas e defensivas?
8	Qual a importância das ROE nas Operações de Estabilização?
9	Quais os vetores de utilização que permitem aos Militares a perceção das ROE para a condução das mesmas no decorrer das Operações de estabilização?
10	Alguma vez se questionou sobre se essas ROE deveriam ser revistas e /ou alteradas?
11	Algum assunto para acrescentar?

Fonte: autor



## **5. Discussão dos resultados**

A análise dos resultados permite avaliar que a amostra é composta por indivíduos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 47 e os 67 anos. Quatro indivíduos possuem o grau académico de Licenciatura e dois portadores de Mestrado. Pertencem aos ramos Exército (4) e Marinha (2). Cinco elementos encontram-se no ativo de funções e um elemento está na situação de reforma. A unidade de contexto é que todos os elementos já produziram elementos teóricos sobre as ROE.

A utilização da análise de conteúdo, como técnica de análise de depoimentos recolhidos através de entrevistas permite avaliar o discurso dos entrevistados, no seu nível mais significativo, avaliando a linguística, os conceitos, a sintaxe. A análise do discurso dos entrevistados permitiu ficar a conhecer que quase a totalidade da amostra possui experiência de missões internacionais de aplicação das ROE, e que assumem a necessidade do conhecimento destas regras, para clarificação dos limites ao uso da força em missões de carácter específico e delicado, como é o caso das OE.

Todos os inquiridos assumem a posição de que as Operações de Estabilização são muito específicas e que, havendo necessidade de enquadrar o uso da força e dar diretivas ao nível mais baixo da hierarquia, é imprescindível a formação prévia dos militares, para que fique bem esclarecido o quadro das limitações do uso da mesma, tendo em consideração que existem objetivos a atingir. Igualmente, demonstram conhecer que a evolução do quadro das Operações Ofensivas, suscita outro modelo de atuação uma vez que se verificou uma alteração de paradigma nos cenários onde poderão ocorrer Op Of, foi necessário igualmente alterar as formas de atuação das Forças Armadas.

No texto de resposta às entrevistas não se verificou que houvesse particular menção a experiências de descoordenação de atuações no terreno, apenas que há necessidade de treino específico, para aplicação das ROE, de acordo com as necessidades específicas numa situação de gestão de crise.

**Tabela 7- Apuramento resultados da Questão 8**

**Para orientar a força**

**A nova doutrina não tem influência nas ROE**

**As ROE são a base de toda a atuação**

**Já respondido**

**Nas operações de estabilização...um embaixador**

**Importância acrescida quando passa de operações clássicas**

**Fonte: autor**

No caso específico da resposta à Questão nº 8 - Qual a importância das ROE nas Operações de Estabilização? Verifica-se a importância que é dada “à orientação da força”, a “base para a atuação” e a “importância acrescida quando passa de operações clássicas”, o que confirma o grau de importância que já tinha sido abordado, durante a revisão da literatura.

## CONCLUSÕES

A pergunta de partida colocada no início da investigação foi - “Qual o papel das ROE nas Operações de Estabilização, quando estas se encontram ao mesmo patamar das Operações Defensivas e Ofensivas?”.

A Hipótese de trabalho 1 foi avaliada com o estudo da evolução do conceito de ROE desde os anos 60 do século XX e a sua importância crescente em ligação com a evolução das Operações Militares. A pesquisa levou, igualmente, a identificar a mudança de paradigma das operações militares, relacionada com o avanço científico e tecnológico e como estas alterações provocaram alterações significativas na estruturação das operações militares no terreno. As ROE podem na atualidade ser aplicadas em qualquer operação nacional ou internacional, não limitando o direito à legítima defesa, o que responde à nossa pergunta derivada nº 1.

O reconhecimento das OE ao mesmo patamar das Operações Defensivas e Ofensivas torna necessário definir claramente as regras de atuação destas Operações, pois, para além da vitória militar, é necessário progredir no terreno criando situações de estabilidade e segurança para as populações e que permitam a evolução de um estado frágil para a situação de reinstalação de um Estado de Direito.

Esta parte da investigação permitiu trabalhar a Hipótese 2, pois verifica-se a importância do conhecimento por parte dos militares da relevância das OE e da tipologia das missões, demonstrando a evolução das Operações Militares desde o tempo da Guerra Fria, como resposta à segunda pergunta da investigação

O facto de existir um modelo de atuação, regido pelas ROE, não retira aos militares o direito à legítima defesa, mas impõe limites de proporcionalidade quanto ao uso da força e obriga a que os militares conheçam em detalhe a tipologia da operação de estabilização em que se encontram integrados, uma vez que podem ocorrer, em simultâneo, operações ofensivas, defensivas e de estabilização.

As entrevistas realizadas a militares com vasta experiência em operações internacionais e com produção teórica sobre as ROE, contribuiu decisivamente para esclarecer a importância da flexibilidade de adaptação das ROE à tipologia das missões e o relevante contributo das ROE para a coordenação ao nível político, legal e operacional.

É aceite por todos os entrevistados, a existência da mudança de paradigma no que respeita à intervenção militar em Op Est. Não se trata apenas de garantir vitórias nas

operações militares, mas também de intervir na gestão de crises resultantes da existência de estados frágeis ou estados falhados. Todos os militares entrevistados reconheceram a importância da existência das ROE, enquanto metodologia de trabalho, que facilita o enquadramento legal da ação dos Comandantes das operações, que são forçados a agir em cenários de grande instabilidade, mas que devem atuar de acordo com o Direito Internacional e exercer o direito à legítima defesa.

É exatamente pelas características específicas das ações de estabilização, atendendo a que é necessário conhecer contextos regionais e culturais das regiões afetadas, que os militares consideram que as ROE devem constituir-se enquanto metodologia para a ação, mas com a flexibilidade necessária que permita uma interpretação das situações que estão em causa no terreno e que, para que tal interpretação seja realizada, é necessário o treino e a preparação destes, antes de iniciar uma OE. Por outro lado, como refere Assis (2008) existe necessidade de coordenação, quando nestas ações existem contingentes sob diversos comandos, como é o caso da ONU, NATO e UE.

A Hipótese de trabalho 3 foi desenvolvida, considerando os depoimentos de militares experientes em ações de estabilização, que confirmam a importância da coordenação das ações militares com a necessidade de não perder de vista o objetivo geral, isto é, atingir vitórias militares que contribuem para o estabelecimento de ambientes mais seguros e estáveis para possibilitar a evolução de um estado fragilizado.

A consciência de que a intervenção militar é necessária, para além de operações ofensivas e defensivas, resulta da introdução, a partir de 2008, de um novo conceito- Operações Terrestres Unificadas. O conhecimento dos militares pode ser uma contribuição valiosa em cenários de fragilidade governativa ou de estados falhados e apela a que se considere o importante papel das ações militares, que muitas vezes surgem em substituição da ação policial e que se entenda que existe necessidade de interação entre civis e militares para que seja possível preparar caminhos e ações de retoma da estabilidade e segurança, que só são possíveis através da existência de um Estado de Direito. Existe, assim, a necessidade de criar ambientes seguros e estáveis, para os quais as Op Est desempenham um papel importante, tal como as operações ofensivas e defensivas.

A formação dos militares tem ainda como objetivo dar-lhes conhecimento de quais as ações a levar a cabo para evitar que forças insurgentes possam contribuir para quebras de estabilidade governativa e de como a criminalidade podem aumentar durante estes períodos, designadamente porque é possível manter Op Est numa área e simultaneamente manter ações ofensivas e defensivas, caso seja necessário.

Nestas situações existe a urgência de pôr em prática estratégias, que neutralizem as fontes de instabilidade e, para tal, é necessário ir mais além do que a simples noção de legítima defesa. As estratégias de manutenção de paz são aquelas que fornecem a base para que o estado se reorganize, por isso, o conhecimento das ROE e sua aplicação em OE, revela-se importante para impedir a quebra de equilíbrios delicados entre atores políticos e militares.

Considerando a complexidade das OE e a necessidade de cumprir de acordo com as normas internacionais, bem como saber utilizar a força dentro do conceito de proporcionalidade, sem perder o direito à legítima defesa, é de primordial relevância a necessidade de treino específico para cada tipo de OE, conclusão que é confirmada pelos entrevistados e que responde ao trabalho sobre a Hipótese de trabalho 4.

Quanto à questão derivada nº 3, pode-se concluir que a evolução das Operações Militares, em resultado do avanço tecnológico, evoluiu para uma mudança de paradigma. Esta mudança reafirmou a importância das OE e a sua tipificação em termos da gestão de crises. O objetivo fundamental é ir mais além do conceito de vitória militar e, por isso, em simultâneo se executam operações defensivas, ofensivas e de estabilização. É possível, assim, contribuir para a criação de ambientes seguros e estáveis para as populações, pois só neste ambiente é possível criar as condições necessárias para que um estado fragilizado evolua e volte a cumprir a sua missão de garantir de forma autónoma a segurança das suas populações e a respetiva dignidade humana.

## **1. Limitações da investigação**

Assumem-se as limitações da investigação, atendendo a que se utilizou uma amostra pequena de entrevistados. Atendendo às instruções da NEP 520-4ª de 20Jan2016, que regula a execução do TIA, o tempo de execução é curto, o que limita o tempo de trabalho para a preparação necessária à realização das entrevistas.

## **2. Recomendações para futuras investigações**

Atendendo a que, por questões de tempo, o trabalho ficou limitado a utilizar uma amostra de pequenas dimensões, considerando-se que seria útil replicar a investigação com uma amostra a nível nacional. Desta forma, seria possível conhecer mais aprofundadamente a opinião das chefias militares acerca do papel das ROE. Para além da dimensão da amostra, ressalva-se, igualmente, que seria útil fazer o levantamento da opinião das chefias acerca das

caraterísticas do treinamento das ROE e que questões metodológicas deveriam ser desenvolvidas em treino concreto para futuras OE.

De salientar, ainda, o treino específico/ formação aos diversos cursos presentes nas FA, a todos os escalões, atualizado periodicamente, entre outras questões, no que diz respeito ao emprego da legislação em vigor conjugada com a doutrina militar. Também é relevante ter presente a situação da política internacional numa perspetiva de prever ações futuras e os respetivos cenários.

## BIBLIOGRAFIA

- Academia Militar. (2015). *Normas de Execução Permanente 520/4ª e 522/1ª DE*. Lisboa.  
Obtido em Março de 2016
- Assis, M. A. (2008). *O processo de aprovação de Regras de Empenhamento para as operações de âmbito Nacional e no seio da ONU, OTAN e UE. Contributos para um modelo*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares . Acedido em 17 de abril de 2016
- Atoleiros. (abril de 2014). *Revista Militar da Brigada Mecanizada*.
- Baleizão, R. (2010). *Os Constrangimentos Legais ao Emprego da Artilharia nas Operações em Áreas Edificadas*. Vendas Novas. Acedido em 12 de abril de 2016, de [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=626](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=626)
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barros, J. V. (2010). *A Evolução do Poder Terrestre Nos Últimos Anos a Nivel Mundial*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares . Acedido em 27 de abril de 2016
- Benson, C. B. (maio-junho de 2012). *Military Review. Operações Terrestres Unificadas: A Evolução da Doutrina do Exército para o Sucesso no Século XXI*, pp. 9-21.  
Acedido de [http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/Portuguese/MilitaryReview\\_20120630\\_art005POR.pdf](http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20120630_art005POR.pdf)
- Bispo, T.-g. P. (outubro de 2004). *As Operações Militares no Quadro Das Novas Tecnologias*. Acedido de *Revista Militar*:  
[http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=427](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=427)
- Carreira, J. M. (2004). *O Direito Humanitário, As Regras de Empenhamento e a Condução das Operações Militares*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- CLAMO, C. f. (2000). *Rules of Engagement (ROE) Handbook For Judge Advocates*.
- Código Penal — Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República* (Vol. 3.ª edição). (10 de maio de 2015). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Acedido de dre:

<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/09/17000/0618106258.PDF>

Encyclopedia Britannica. (03 de Janeiro de 2014). *Rules of engagement (ROE)*. Acedido em 20 de abril de 2016, de Britannica: <http://www.britannica.com/topic/rules-of-engagement-military-directives>

Escuela Militar de Estudios Jurídicos. (2012). *Revista Española de Derecho Militar*. Madrid: Ministerio de Defensa. Acedido em março de 2016

Exército Portugues. (2005). *Regulamento de Campanha - Operações*. Lisboa: Ministerio da Defesa Nacional. Acedido em 10 de maio de 2016

Exército Português. (2012). *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional. Acedido em abril de 2016

Faix, M. (2010). *Rules of Engagement – Some Basic Questions and Current Issue*. Acedido em 11 de abril de 2016, de [https://www.researchgate.net/profile/Martin\\_Faix/publication/281855760\\_Rules\\_of\\_Engagement\\_-\\_Some\\_Basic\\_Questions\\_and\\_Current\\_Issues/links/55fbb92708ae07629e07c06f.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Martin_Faix/publication/281855760_Rules_of_Engagement_-_Some_Basic_Questions_and_Current_Issues/links/55fbb92708ae07629e07c06f.pdf)

Fernández, J. A. (setembro de 2007). Reglas de Enfrentamiento (ROE). *XVème Congrès International de Défense Sociale*, pp. 217-224. Acedido em 19 de abril de 2016, de [www.defensesociale.org/xvcongreso/informacion\\_fr.php](http://www.defensesociale.org/xvcongreso/informacion_fr.php)

Ferreira, J. G. (2010). *Segurança: a Aplicação da Força*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Acedido em 08 de maio de 2016

Gonçalves, M. P. (2014). *Emprego da Guarda Nacional Republicana em Missões no Âmbito da Defesa Nacional*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares. Acedido em abril de 2016

Hayes, B. C. (1989). *Naval Rules of Engagement: Management Tools for Crisis*. Santa Monica (USA): The RAND Corporation. Acedido em 20 de abril de 2016, de <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/notes/2005/N2963.pdf>

IESM. (2014). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Ministerio da Defesa Nacional.



- International Institute of Humanitarian Law. (2009). *Rules of Engagement Handbook*.  
Acedido em 12 de abril de 2016
- Leandro, F. (2005). *As Armas das Vítimas – Um Novo Prisma sobre o Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados*. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional.
- Leandro, F. (2012). *Responsabilidade Criminal dos Chefes Militares*. Lisboa: Universidade Católica.
- Marconi, M. d. (1983). *Metodologia Científica*. Editora Atlas.
- Marôco, J. (2007). *Análise estatística com utilização de SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Martineau, C. F. (Setembro de 2004). The Rules of Engagement. *Doctrine General Military Review*, pp. 18-20. Acedido em 18 de abril de 2016, de [file:///C:/Users/Toshiba/Downloads/doctrine04\\_US%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Toshiba/Downloads/doctrine04_US%20(1).pdf)
- Martins, M. M. (1994). Military Law Review. *Rules of Engagement for Land Forces: A Matter of Training, Not Lawyering*, 143, pp. 1-160.
- MC 362. (1999). *NATO Rules of Engagemen*. North Atlantic Treaty Organization.
- Moura, A. (2013). *A Condição Militar: As Regras de Empenhamento como Factor Político*. Acedido em 11 de abril de 2016, de [http://www.aofa.pt/artigos/Antonio\\_Moura\\_A\\_Condicao\\_Militar\\_e\\_o\\_Empenhamento\\_Politico.pdf](http://www.aofa.pt/artigos/Antonio_Moura_A_Condicao_Militar_e_o_Empenhamento_Politico.pdf)
- NATO. (2003). *MC 362/1 - NATO Rules of Engagement*. North Atlantic Military Committee. Acedido em 9 de maio de 2016
- NATO. (2010b). *AJP-3.4(B) Non-Article 5º Crisis Response Operations*. NATO Standardization Office (NSO).
- NATO. (2015). *Training in Rules of Engagement*. NATO Standardization Office.
- NATO. (2015a). *AJP-3.4.5 Stabilization and Reconstruction*. NATO Standardization Office (NSO).
- NATO. (2015b). *ATrainP-4, Training in Rules of Engagement*.

- Osaghae. (2015). *developmentinpractice*. Acedido em 20 de setembro de 2016, de <http://www.developmentinpractice.org/pt-br/journals/estados-fr%C3%A1geis>
- Pierini, J. P. (2007). Rules of Engagement, Status of forces agreements and Criminal Law: different approaches as to the legal base of the use of force in military operations and conflicts of jurisdiction in respect of foreign friendly fire. *XVth International Congress of Social Defence*, (pp. 1-30). Toledo. Acedido em 20 de abril de 2016
- Plana, M. A. (2009). *Escuela Militar de Estudios Jurídicos*. Madrid: Ministerio da Defensa. Acedido em abril de 2016
- Popper, K. (2011). *Lógica da Pesquisa Científica*.
- Smith, R. (2008). *A Utilidade da Força. A Arte da Guerra no Mundo Moderno*. Lisboa: Edições 70 Lda.
- USA ARMY. (2011). *FM 3-00 Operations*. Washington: Headquarters Department of the ARMY. Acedido em 3 de maio de 2016
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE A – INFORMAÇÃO GERAL FORNECIDA AOS ENTREVISTADOS**

### **1. INFORMAÇÃO FORNECIDA AO ENTREVISTADO**

- a. *Pedir permissão para gravação áudio.*
- b. *Apresentação do entrevistador e fornecer ao entrevistado a informação sobre objetivos da entrevista.*

***Quero, desde já, agradecer-lhe a sua disponibilidade em participar neste trabalho de investigação. Eu sou o Aspirante de Infantaria Santos e estou a realizar uma investigação sobre “As ROE na condução das Operações de Estabilização (não Artigo5º- NA5CRO)”.***

***Os objetivos do estudo são:***

- Descrever a evolução das ROE, desde a sua origem até a atualidade bem como a sua importância.

- Perceber e descrever quais as alterações que sofreram e têm vindo a sofrer as Operações Militares, bem como, o porquê dessas alterações ter surgido.

- Perceber o porquê das Operações de Estabilização estarem na atualidade no mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas, e descrever as grandes diferenças entre elas, na forma de atuar.

- Perceber quais os vetores que permitem aos Militares a inteira perceção das ROE no contexto das Operações de Estabilização.

- c. **Aspetos Deontológicos**

***A entrevista tem uma duração média entre 45 minutos a 1 hora e será gravada em áudio para não perder informação relevante, mas ninguém terá acesso à entrevista gravada, à exceção das pessoas que estão a fazer este estudo. Tem o direito à não resposta, ou seja, de responder apenas às perguntas que entender.***

### **2. RECEBER O CONSENTIMENTO INFORMADO**

***Neste momento peço-lhe que leia e assine o consentimento informado.***

### **3. PREENCHER O QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.**

## **APÊNDICE B – ENTREVISTA N.º 1 TCOR ASSIS**

### **1. INTRODUÇÃO**

*As Regras de Empenhamento ditam em que circunstâncias, condições, grau e forma se pode ou não aplicar o uso da força. As ROE, utilizadas na condução das Operações Militares, são uma das realidades que o Exército Português tem vindo a aplicar nos atuais Teatros de Operações. Este é um tema de elevado interesse para o nosso quotidiano militar.*

*O objetivo geral deste Trabalho de Investigação prende-se com o estudo das Regras de Empenhamento, compreender e descrever a sua verdadeira importância, desde a sua origem até aos teatros atuais.*

*Para melhor compreendermos o que foi mencionado anteriormente, nada melhor que evidenciar as ROE no decorrer das Operações de Estabilização que, atendendo à conjuntura atual, estas Operações de Estabilização encontram-se no mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas.*

### **2. CORPO DE QUESTÕES**

**1- Já participou em alguma missão? Ou se teve algum contacto no âmbito das ROE? Se sim, qual?**

- Estive em quatro Teatros de Operações – Timor-Leste, Iraque, Kosovo e Afeganistão. Após o término do CEM, fui colocado para Sta. Margarida, onde permaneci durante 2 anos, nas operações futuras e treino de BrigMec. Seguidamente, fui 2º Comandante do GAC, onde fui convidado para *Legal Adviser* do CFT, durante o período de 2 anos. Durante essa fase, realizei nos EUA uma formação no âmbito das Regras de Empenhamento com a duração de duas semanas.

**2- Caso tenha estado em missão, quais as funções exercidas durante a missão/missões que realizou?**

- Respondido na pergunta anterior.

**3- Refira-me, o que pensa sobre as ROE?**

- Ao contrário do que muita gente pensa, as ROE são como um “cardápio”. Elas dispõem de duas versões para serem trabalhadas.

Quando se monta uma operação, no Afeganistão, no Iraque, etc., obtém-se uma listagem Inicial, ou seja, elabora-se uma Lista de acordo com a Operação em questão

(NATO, EU). Este documento é um dos documentos primordiais no planeamento e posteriormente na condução de uma Operação Militar.

As ROE versam, essencialmente, dois pontos fulcrais:

- . Legítima defesa
- . Cumprimento da Missão

**4- *São estas regras de facto imprescindíveis à atuação do militar em momento de controvérsia? Ou pensa que, se assim não fosse, o sucesso de uma missão seria posto em causa?***

-Tratando-se de uma Operação de *Peace Keeping* (PK), o mais importante a ter em conta é a legítima defesa, separar forças e/ou verificar se os Mandatos estão a ser cumpridos, etc.

Perante um *Peace Enforcement* (PE), é muito diferente, imposição de algo a alguém, logo, é imperativo recorrer ao uso da força para atingir o Cumprimento da Missão. Neste caso, não está apenas em questão a Legítima Defesa, mas também as vertentes das Operações: consentimento, uso da força e legitimidade.

Resumindo, perante um PK, o uso da força é mínimo; perante um PE, não existe um consentimento, logo, o uso da força está mais patente e presente.

No terreno, a questão “Soldado” é muito importante. A sua atuação pode pôr em causa a operação: só se consegue instruir um Soldado com o treino; as ROE não são um papel que se entrega ao Soldado, mas sim uma interiorização no decorrer do treino.

**5- *Convicto de que me pode elucidar sobre a questão ROE, pode referir-me, na sua perspetiva, qual a importância no âmbito das operações militares?***

- No quadro atual e perante todas as operações em que já participei, o importante é a estabilização das populações, criar ambiente seguro e estável. Estes são os focos e a finalidade das Operações de Estabilização (OE). São os objetivos políticos da própria instituição que coloca as forças no terreno. Assim sendo, as ROE, tendo em conta os objetivos políticos a atingir impor a estabilização (PE) ou garantir um acordo ou algo parecido (PK), são a «ajuda», com base na legalidade, onde as operações são executadas para a consecução política.

**6- *As Operações Militares têm vindo a sofrer alterações, devido às transformações que têm vindo a ocorrer em vários níveis. Poderia enumerar-me algumas dessas alterações?***

- Esta questão está apenas ligada à evolução do próprio conflito. As Operações Defensivas e Ofensivas são Operações de Guerra, ligadas a um inimigo convencional. Quando se está perante uma OE, encontramos-nos em Paz instável que é, nada mais, nada menos, que aquilo que se tem feito mais após a queda do Muro de Berlim.

Até então, Portugal só treinava operações e guerra (defensiva e ofensiva). A partir de 1996, data a partir da qual começámos a fazer missões, o paradigma mudou em Portugal, muito embora as OE já tivessem acontecido em outros locais, principalmente desde 1945.

**7- *Pode descrever-me o porquê das Operações de Estabilização se encontrar no mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas?***

- Nos próximos tempos, viveremos cada vez mais num contexto onde as OE são onde as forças militares irão ser mais empregues. Antigamente, assistia-se a OE com subversão ou sem subversão, um quadro em que a subversão se encontra limitada dentro do território, hoje em dia, já não é assim. O mundo está mais globalizado, é o extravasar das fronteiras, logo a subversão e as entidades políticas a afrontar também se globalizaram. Assim, para atingir as entidades políticas, que é a finalidade de uma guerra de subversão, é necessário sair das fronteiras territoriais conhecidas e assim atingir/terrorizar as populações das entidades políticas a afrontar.

**8- *Qual a importância das ROE nas Operações de estabilização?***

- O foco das ROE será sempre a garantia e preservação de um ambiente seguro e estável, em cuja maior relevância será sempre a «legítima defesa», garantindo o mais possível a legitimidade e a imparcialidade. Contudo, perante um quadro de operações ofensivas em que será necessária a imposição da força, temos que recorrer às ROE para orientar o uso da força naquele local, dando assim realce à componente das ROE «cumprimento da missão».

**9- *No âmbito da pergunta anterior, poderia enumerar quais os vetores de utilização que permitem aos Militares a inteira percepção das ROE para a condução das mesmas no decorrer das Operações de Estabilização?***

- Já tendo sido referido anteriormente, a «legítima defesa», nas suas variantes: individual, coletiva - o foco centra-se na defesa de elementos aliados do mesmo contingente, ou forças que contribuam para o mesmo propósito -, de pessoas e propriedade com estatutos especial, referindo-me aos PDSS e aos PrDSS, onde é garantida a segurança de certos indivíduos importantes para a operação ou segurança de, por exemplo, um edifício. Neste caso o uso da força deverá ser sempre necessário e proporcional.

Dentro do cumprimento da missão, o uso da força deverá ser preciso - evitar ou minimizar danos colaterais -, apropriada – não existência de alternativa -, proporcional – necessária e de igual intensidade -, e dirigida – centrar-se na ameaça -. Quanto à atuação, deverá ser utilizado quando por interferência, quando uma força for declarada como hostil ou quando designado como objetivo militar.

**10- *Alguma vez se questionou se essas ROE deveriam ser revistas e/ou alteradas?***

- As ROE não deveriam ser revistas, mas SIM, quando da «construção» da operação, ao nível operacional, quer sejam de Guerra (Ofensivas e Defensivas), Estabilização ou Operações de Apoio Civil, dispor de um “cardápio” adequado/ajustado a todas as operações e/ou situações. Ou seja, para todas as situações onde sejam empenhadas forças militares, deverá existir um perfil de ROE, o que não acontece, em especial em território nacional, pois quando vamos num contexto de missão NATO/UE ou outro, esse perfil existe.

Vamos apontar como exemplo: suponhamos que, em contexto de uma operação de apoio ao combate a um incêndio, como procede um Chefe de Patrulha do RI14, caso um dos soldados seja atacado? Ou até mesmo o próprio soldado?

É neste ponto que as ROE deveriam ser ajustadas/construídas, mas não necessariamente revistas.

Só comecei a pensar neste assunto quando já tinha terminado o meu trabalho e cheguei à conclusão que o CFT deveria dispor de um “cardápio” para todo o tipo de Operações.



Em Portugal dever-se-iam instituir ROE, ao nível nacional, para todo o tipo de atividades militares.

***11- Tem algum assunto que possa acrescentar a esta entrevista ou que encontre pertinente referenciar neste estudo e que possa ser de grande utilidade para conclusão do mesmo?***

- Resumindo, as ROE assentam, essencialmente, sobre dois vetores na condução de operações: Legítima Defesa e Cumprimento da Missão.

As ROE devem ser pensadas como um todo, a nível político-estratégico, legal, operacional para serem aplicadas com sucesso ao nível tático, ou seja, são a tradução das preocupações políticas, legais e operacionais no aspeto prático do uso da força. Aqui é de salientar, que essa tradução só será bem realizada com a instrução/treino do soldado. Não passa só pela entrega do “papel” nas suas mãos, passa pelo interiorizar das ROE durante o treino, para durante a ação o soldado não tenha de pensar o que fazer, mas atuar instintivamente.

***Muito Obrigado pelos seus contributos para este Trabalho de Investigação Aplicada, bem como, pela sua disponibilidade.***

## Apêndice II – Consentimento Informado

Tenho conhecimento que um Aspirante de Infantaria do Exército Português está a realizar um Trabalho de Investigação Aplicada, que se enquadra no Mestrado Integrado em Ciências Militares, Especialidade de Infantaria, sobre “*As ROE na condução das Operações de Estabilização (não Artigo5º- NA5CRO)*”. O estudo tem como investigador o Sr. Aspirante de Infantaria Carlos Válder Fernandes dos Santos, com a orientação do Sr. Coronel de Artilharia Rui Baleizão e a coorientação do Sr. Tenente-Coronel Marco Gonçalves.

Se concordar participar, vou ser entrevistado individualmente pelo Aspirante Santos, onde iremos debater ideias acerca desta temática. A entrevista tem uma duração média entre 45 minutos a 1 hora e será gravada em áudio, mas ninguém terá acesso à gravação, exceto as pessoas que estão a fazer este estudo. Eu tenho o direito de responder apenas às perguntas que quiser. Mas a minha participação poderá ser de grande utilidade, no futuro. No final do estudo poderei ter acesso aos resultados do mesmo, através do repositório comum da biblioteca da Academia Militar (<http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/5475>) ou da solicitação ao investigador.


Aceito participar neste estudo e aceito ser entrevistado(a) no dia 04/05, pelas 09:40 horas. Se, em algum momento, decidir que não quero participar, posso desistir e não preciso de explicar as minhas razões e isso não terá nenhuma consequência negativa para mim.

Assinatura:

Data: 04/05/2016

Muito obrigado pela colaboração.

Pela equipa de investigação,

  
Carlos Válder Fernandes dos Santos  
Aspirante de Infantaria

Para qualquer esclarecimento, contactar [valter.santos.679@gmail.com](mailto:valter.santos.679@gmail.com)

## Apêndice III – Questionário Sociodemográfico

### QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Cód. 01

#### I. IDENTIFICAÇÃO

2. Nome:

RENATO AFONSO GONÇALVES DE ASSIS

3. Categoria:

a) Posto: TENENTE CORONEL

4. Ramo da FA/Força de Segurança:

a. Marinha ☐

b. Exército ☒

c. Força Aérea ☐

d. Guarda Nacional Republicana ☐

5. Função(ões) atual(ais):

a. PROFESSOR AM / TGOM / TÁTICA ARTILHARIA

b. \_\_\_\_\_

c. \_\_\_\_\_

#### II. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

6. Habilitações académicas:

a) Licenciatura ☐

b) Mestrado ☒

c) Doutoramento ou superior ☐

Grato pela atenção e tempo dispensados e pela dedicação que empreendeu neste assunto de importância total neste meu percurso.

## APÊNDICE C – ENTREVISTA N.º 2 - COR GODINHO

### 1. INTRODUÇÃO

*As Regras de Empenhamento ditam em que circunstâncias, condições, grau e forma se podem ou não aplicar o uso da força. As ROE, utilizadas na condução das Operações Militares, são uma das realidades que o Exército Português tem vindo a aplicar nos atuais Teatros de Operações. Este é um tema de elevado interesse para o nosso quotidiano militar.*

*O objetivo geral deste Trabalho de Investigação prende-se com o estudo das Regras de Empenhamento, compreender e descrever a sua verdadeira importância, desde a sua origem até aos teatros atuais.*

*Para melhor compreendermos o que foi mencionado anteriormente, nada melhor que evidenciar as ROE no decorrer das Operações de Estabilização que, atendendo à conjuntura atual, estas Operações de Estabilização encontram-se no mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas.*

### 2. CORPO DE QUESTÕES

#### **1- Já participou em alguma missão? Ou se teve algum contacto no âmbito das ROE? Se sim, qual?**

- Em primeiro lugar, quero dizer que o mais importante é a participação em missões. Estive numa missão na Bósnia-Herzegovina. Nessa missão tínhamos um perfil de regras de empenhamento a serem utilizadas durante a missão.

Mais tarde, no Afeganistão chefieei uma operação da ISAF que também ela tinha as regras de empenhamento previstas para a própria missão.

Em exercícios nacionais, internacionais, conjuntos, combinados há sempre a definição de um conjunto de regras de empenhamento.

No âmbito da minha vida académica as ROE foram muito importantes, aquando da minha atividade como professor quer no Instituto de Estudos Militares quer depois no Instituto Superior de Estudos Militares. Como docente, fui incumbido de lecionar matéria referente às ROE.

A minha experiência relativamente às ROE passa por: a elaboração de documentos doutrinários, treino, exercício, operações técnico-militares lá fora, em África (projeto

2, atualmente designado por “Escola Superior de Guerra” em Angola quando ia dar aulas ao curso do Estado-Maior e ao Curso Superior de Comando e Direção), quando era professor no IAM ou do IESM e agora, mais recentemente, Diretor do Técnico no Projeto Cívico sendo formador de Operações de Paz. Também estive em Coimbra em Cursos de Operações de Paz e Ação Humanitária, bem como, no Primeiro Curso Experimental de Direito Internacional e Humanitário dos Conflitos Armados.

**2- *Caso tenha estado em missão, quais as funções exercidas durante a missão/missões que realizou?***

- Como já referido na pergunta anterior em toda a minha vida profissional estive sempre em contato com as regras de empenhamento.

**3- *Refira-me, o que pensa sobre as ROE?***

- São estas regras que, quer seja em operações de paz, ou operações de guerra, definem os limites do uso da força de acordo com o Direito Internacional Humanitário (DIH).

As regras de empenhamento são a forma de autorização do uso da força, força essa, que pode ser letal, que pode provocar a morte do inimigo em tempo de guerra.

As regras de empenhamento aplicam-se a todas as forças que estejam a operar em missão, desde a paz estável até à guerra.

**4- *São estas regras de facto imprescindíveis à atuação do militar em momento de controvérsia? Ou pensa que, se assim não fosse, o sucesso de uma missão seria posto em causa?***

- Relativamente às ROE, eu parto sempre de uma grande frase: **“Quem não sabe usar a força, arrisca-se a perder a razão”**. Aliás, sempre comecei as minhas aulas com ela.

Hoje em dia, já não existem operações militares para as quais não sejam desenhadas um perfil de regras de empenhamento. É este perfil de regras que define as permissões e as autorizações e que vai ditar as circunstâncias e as formas em que se pode usar a força.

No caso da Marinha e da Força Aérea que, todos os dias fazem o controlo do mar e do ar, são as ROE que definem a sua atuação; isto no referente a momentos de paz.

Se estivermos a falar de uma situação de conflito ou de paz instável existe igualmente um perfil de regras que definem igualmente a situação.

De notar ainda que, na eminência de um ataque falando de “self-defense”, ou seja, um ataque contra a nossa força temos o direito de nos proteger.

Daqui podemos concluir que não existem operações militares, sejam regionais nacionais, internacionais, que não estejam sujeitas a um perfil de regras de empenhamento.

Falando de operações de manutenção de paz, referindo-me aos Capacetes Azuis das Nações Unidas que iam fazer manutenções em TO em zonas onde não havia paz para manter, o consentimento ao nível estratégico não era coincidente ao nível tático. As forças do terreno estavam sujeitas a violência e tensão e, perante um conjunto de ROE restritas, não lhes permitia cumprir os acordos.

As ROE são aprovadas ao mais alto nível político, quer seja no âmbito das NU, quer seja no âmbito da NATO, quer seja a nível dos países em que são aprovadas pelo presidente ou por uma estrutura superior. Estas regras devem ser claras, objetivas e concisas de modo a que nós, Comandantes saibamos o tipo de força a utilizar.

**5- *Convicto de que me pode elucidar sobre a questão ROE, pode referir-me, na sua perspectiva, qual a importância no âmbito das operações militares?***

- Não podemos dissociar o Perfil das ROE no sucesso do desempenho das Operações Militares. Para atingir o objetivo e cumprimento de uma Operação temos que ter sempre em conta um Perfil de ROE devidamente ajustado e mais ou menos “musculado” consoante se trate de um momento de tensão ou de Estabilização. Para que tal aconteça os responsáveis pelo delineamento desse perfil, estamos a referir-nos aos Juristas Militares e indivíduos ligados às Operações Militares, deve existir uma simbiose entre ambos de modo a que possam instituir um perfil de regras em que os objetivos sejam ajustados e adequados às Operações Militares.

**6- *As Operações Militares têm vindo a sofrer alterações, devido às transformações que têm vindo a ocorrer em vários níveis. Poderia enumerar-me algumas dessas alterações?***

- A doutrina é sempre importante, é aquilo que nos guia.

Temos vindo a assistir a uma reorganização ou alteração doutrinal que não traz a nível das ROE grandes alterações. Neste momento, as operações estão como que organizadas de forma diferente, mas ao nível da estabilização e esta nova alteração ao nível do PDE 3-00 não trouxe grandes mudanças, até porque nós podemos-nos considerar no modelo NATO Artº 5º. Na verdade, nesta questão da estabilização, temos que considerar as operações defensivas e ofensivas como outro tipo de tarefas inerentes.

Podemos estar ao mesmo tempo numa Operação de Paz ou numa Operação de Estabilização ou num outro tipo de Operação, numa Ação Humanitária, apoio à população e mesmo, ali ao lado, estar perante uma Operação Defensiva, isto é, na mesma Operação, no mesmo dia, à mesma hora, podemos estar a conduzir Operações muito diferentes.

***7- Pode descrever-me o porquê das Operações de Estabilização se encontrar no mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas?***

- Num TO podemos estar a conduzir Operações ou tarefas muito diferentes, isto é, podemos estar numa ajuda Humanitária e ao mesmo tempo estar a desencadear uma Operação Ofensiva para eliminar uma determinada força oponente.

Todo o sucesso começa na avaliação daquilo que vamos enfrentar, o tipo de ameaça e que tipo de tarefas é que precisamos de realizar para combater essa ameaça de modo a contribuirmos para o sucesso da operação. Para tal, as ROE devem ser, logo à partida, devidamente delineadas.

***8- Qual a importância das ROE nas Operações de estabilização?***

- As regras de empenhamento estão em conformidade com o Direito, são aquilo que te permite usar a força letal que pode provocar a morte de um oponente.

Esta nova doutrina não me parece que tenha influência nas ROE. Nas grandes áreas de Estabilização nós encontramos um ambiente seguro e estável, a segurança pública, a estabilidade política e de desenvolvimento, a ajuda humanitária e as infraestruturas críticas.

Se focarmos as tarefas primárias de estabilização devemos fornecer um ambiente seguro e estável, apoio ao estabelecimento da segurança pública auxiliando a governação e o desenvolvimento.

Obviamente, é preciso ter em atenção que as ROE devem ser “musculadas” e definidas para cada Operação, senão vejamos, o caso de Portugal em Timor-Leste que teve que solicitar às NU uma alteração ao Perfil das ROE, pois as ROE nunca delimitam a legítima defesa porque a força quando vai para o terreno, vai sempre segundo um determinado mandato coberto por uma resolução do Conselho de Segurança das NU.

A força vai sempre definida consoante o perfil das ROE.

**9- *No âmbito da pergunta anterior, poderia enumerar quais os vetores de utilização que permitem aos Militares a inteira perceção das ROE para a condução das mesmas no decorrer das Operações de Estabilização?***

- Eu diria que se existe um tipo de Operações onde as ROE são fulcrais são, precisamente, nas Operações de Estabilização.

Uma ação a nível tático pode ter repercussões a nível estratégico.

Vamos imaginar uma situação: “tu estás com o teu pelotão no Kosovo, estás a fazer a segurança a um mosteiro ortodoxo. És atacado, com paus e pedras, imediatamente reages com a tua espingarda automática. Neste caso quem te ameaça é a população e tu tens uma reação desproporcionada”.

Independentemente da organização ou do contingente onde estás inserido, carregas sempre a bandeira do teu país e colocas a organização e uma série de identidades em causa.

Nós comandantes temos que ter a noção que o uso da força é decidido ao mais baixo escalão, é no checkpoint ou na patrulha e temos que ter noção que uma ação nossa ao nível tático pode ter repercussões ao nível estratégico.

Podes verificar que nós usamos as ROE em todo o espectro de Operações Militares; usas a força num momento de elevada tensão, se não tiveres um treino intensivo do uso da força ao nível das ROE, num momento de tensão e grande dificuldade estás a pôr em causa a tua vida, dos teus homens, da população ou de infraestruturas.

Quando falamos em pilares, o treino é primordial nesta questão das ROE. Um outro pilar a ter em consideração, a avaliação da ameaça.

Do nível político ao nível tático as ROE são um domínio muito vasto, sensível e pertinente.



**10-*Alguma vez se questionou se essas ROE deveriam ser revistas e/ou alteradas?***

- Em todas as missões, senti-me confortável no âmbito das ROE, não me senti limitado, sendo que, foram suficientemente claras e esclarecedoras na aplicação da força.

**10-*Tem algum assunto que possa acrescentar a esta entrevista ou que encontre pertinente referenciar neste estudo e que possa ser de grande utilidade para conclusão do mesmo?***

- Penso termos abordado todos os aspetos, quero apenas frisar que as ROE se aplicam da Paz á Guerra.

Há algo que ainda não abordámos, quando vamos para operações é delineado um perfil de ROE mas de acordo com a lei nacional dos países onde podem existir algumas restrições, tais como, não ir para além do perfil estabelecido para a Operação.

Outro assunto que gostaria de referir é a construção das ROE, deve-se ajustar o perfil consoante, mais ou menos “musculado”, a situações de maior tensão ou de Estabilização.

Quem está ligado à elaboração do perfil das ROE, os Juristas Militares (Legal Advisers) e indivíduos ligados às Operações Militares devem ser conhecedores do Direito Internacional e de Operações Militares.

De relembrar sempre a frase de Carlos Fino “**Quem não sabe usar a força, arrisca-se a perder a razão**”. Esta frase constitui um farol para nós militares, principalmente, para os que estamos em Operações Militares.

***Muito Obrigado pelos seus contributos para este Trabalho de Investigação Aplicada, bem como, pela sua disponibilidade.***

## Apêndice II – Consentimento Informado

Tenho conhecimento que um Aspirante de Infantaria do Exército Português está a realizar um Trabalho de Investigação Aplicada, que se enquadra no Mestrado Integrado em Ciências Militares, Especialidade de Infantaria, sobre “*As ROE na condução das Operações de Estabilização (não Artigo5º- NA5CRO)*”. O estudo tem como investigador o Sr. Aspirante de Infantaria Carlos Válter Fernandes dos Santos, com a orientação do Sr. Coronel de Artilharia Rui Baleizão e a coorientação do Sr. Tenente-Coronel Marco Gonçalves.

Se concordar participar, vou ser entrevistado individualmente pelo Aspirante Santos, onde iremos debater ideias acerca desta temática. A entrevista tem uma duração média entre 45 minutos a 1 hora e será gravada em áudio, mas ninguém terá acesso à gravação, exceto as pessoas que estão a fazer este estudo. Eu tenho o direito de responder apenas às perguntas que quiser. Mas a minha participação poderá ser de grande utilidade, no futuro. No final do estudo poderei ter acesso aos resultados do mesmo, através do repositório comum da biblioteca da Academia Militar (<http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/5479>) ou da solicitação ao investigador.

Aceito participar neste estudo e aceito ser entrevistado(a) no dia 05, pelas 09:30 horas. Se, em algum momento, decidir que não quero participar, posso desistir e não preciso de explicar as minhas razões e isso não terá nenhuma consequência negativa para mim.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: 05 / 05 / 16

Muito obrigado pela colaboração.

Pela equipa de investigação,



Carlos Válter Fernandes dos Santos  
Aspirante de Infantaria

Para qualquer esclarecimento, contactar [valter.santos.679@gmail.com](mailto:valter.santos.679@gmail.com)

## Apêndice III – Questionário Sociodemográfico

### QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Cód. 02

#### I. IDENTIFICAÇÃO

2. Nome:

JOÃO CARLOS CASUALMO F. COSTA GIDDIANO

3. Categoria:

a) Posto: CORONEL

4. Ramo da FA/Força de Segurança:

a. Marinha ☐

b. Exército ☒

c. Força Aérea ☐

d. Guarda Nacional Republicana ☐

5. Função(ões) atual(ais):

a. Chefe RPE/DIPLAER/ERGFA

b. \_\_\_\_\_

c. \_\_\_\_\_

#### II. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

6. Habilitações académicas:

a) Licenciatura ☐

b) Mestrado ☒

c) Doutoramento ou superior ☐

Grato pela atenção e tempo dispensados e pela dedicação que empreendeu neste assunto de importância total neste meu percurso.

## **APÊNDICE D – ENTREVISTA N.º 3 - COR CARDOSO**

### **1. INTRODUÇÃO**

*As Regras de Empenhamento ditam em que circunstâncias, condições, grau e forma se pode ou não aplicar o uso da força. As ROE, utilizadas na condução das Operações Militares, são uma das realidades que o Exército Português tem vindo a aplicar nos atuais Teatros de Operações. Este é um tema de elevado interesse para o nosso quotidiano militar.*

*O objetivo geral deste Trabalho de Investigação prende-se com o estudo das Regras de Empenhamento, compreender e descrever a sua verdadeira importância, desde a sua origem até aos teatros atuais.*

*Para melhor compreendermos o que foi mencionado anteriormente, nada melhor que evidenciar as ROE no decorrer das Operações de Estabilização que, atendendo à conjuntura atual, estas Operações de Estabilização encontram-se no mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas.*

### **2. CORPO DE QUESTÕES**

**1- *Já participou em alguma missão? Ou se teve algum contacto no âmbito das ROE? Se sim, qual?***

- Além da participação em forças cá em Portugal, já participei em 7 (sete) missões exteriores; Bósnia, Kosovo, Iraque, Macedónia, Líbano e Afeganistão. Em vários quadros diferentes quer seja na UE, nas NU, na NATO.

**2- *Caso tenha estado em missão, quais as funções exercidas durante a missão/missões que realizou?***

- Participei na primeira missão militar da UE, Operação Concordia na Macedónia em 2003, nas NU estive duas vezes, durante a guerra na Bósnia onde fui observador Militar, UNPROFOR e no Líbano em 2010 onde fui chefe de treino da UNIFIL. Estive em Sarajevo em 1997 e 1999. No Iraque, em 2007, numa missão de assessoria NTM-I, ao Comando de Instrução e Doutrina das FA do Iraque. Em 2014, como Comandante de Contingente do último Contingente Militar no Afeganistão e fui, simultaneamente, Assessor chefe para a Divisão de Kabul, do Exército do Afeganistão.

**3- *Refira-me, o que pensa sobre as ROE?***

- Toda a atuação de forças militares está sujeita a regras. As regras são a doutrina de emprego da força no âmbito do Art. 5º.

Nas operações mais recentes em que Portugal participou podemos afirmar que, para cada uma delas, existe um normativo que as regula, dependendo da tipologia de força e dos acordos celebrados do “*statement of force agreement*” dos vários contingentes. Qualquer missão tem que ter definido, de forma clara e precisa, o delineamento das ROE e em que condição é executada a aplicação da força.

**4- *São estas regras de facto imprescindíveis à atuação do militar em momento de controvérsia? Ou pensa que, se assim não fosse, o sucesso de uma missão seria posto em causa?***

- Desde o General ao Soldado, todos devem saber como agir e reagir, para que não se caia no risco de alguém participar uma missão de Paz sem o devido conhecimento das ROE. É necessário conhecê-las de forma mecanizada e saber exatamente o que se está a passar, e.g. esclarecer cada situação evitando leituras de interpretações erróneas.

As ROE variam consoante se trate do quadro das NU, UE ou NATO e variam em função da tipologia da missão. A missão está relacionada com a natureza do teatro/conflito.

As ROE surgem da necessidade de imposição de regras e da antecipação de situações de conflito ou de disputa que possam surgir. São elas que ditam, de forma clara, a todos os presentes como atuar/reagir.

Estas regras são conhecidas de ambos os lados, são aplicadas por uns mas também conhecidas pelos outros, de modo a que exista uma única linguagem contribuindo para a integração, esforço comum, melhoria das condições do país e para a estabilização.

**5- *Convicto de que me pode elucidar sobre a questão ROE, pode referir-me, na sua perspetiva, qual a importância no âmbito das operações militares?***

- Qualquer Operação Militar se rege pelo cumprimento das ROE, elas estão delineadas no âmbito do mandato e específico de cada Operação.

**6- *As Operações Militares têm vindo a sofrer alterações, devido das transformações que têm vindo a ocorrer em vários níveis. Poderia enumerar-me algumas dessas alterações?***

- As ROE são definidas para cada missão. Nas TTP (Táticas Técnicas e Procedimentos) nós aplicamos a nossa doutrina existente, como acontece nos teatros do Afeganistão, Kosovo e outros.

As ROE são um processo que não é nosso e temos assistido a uma evolução porque a natureza dos conflitos também se altera. Tenho essa experiência na missão do Kosovo que se segue à da Bósnia, os teatros são diferentes. No Kosovo assistiu-se a uma evolução do mandato e uma nova interpretação das ROE porque existem características diferentes e simultaneamente ocorreu uma evolução dos comportamentos das partes/atores e que provocou alterações na forma de reagir da própria NATO.

**7- *Pode descrever-me o porquê das Operações de Estabilização se encontrar no mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas?***

- Nos dias de hoje a dimensão civil assumiu um papel muito importante para lidar com a complexidade dos conflitos modernos.

As ações ou Operações, no âmbito do art. 5º, tendem a aproximar-se, a guerra convencional deixou de ser preponderante.

No seguimento de uma situação de conflito e em termos latos, surge o período de não guerra onde se inicia a estabilização e reorganização do estado e a criação dos mecanismos que levam ao funcionamento sustentado das estruturas. As forças militares presentes na missão de estabilização, tendem a perder intervenção na proporção inversa do aumento efetividade por parte das autoridades do País.

**8- *Qual a importância das ROE nas Operações de estabilização?***

- As ROE são a base de toda a atuação. Perante uma missão, seja ela de assessoria, seja ela de treino, seja de patrulhamento, temos que ter presente a aplicação do que está definido nas ROE.

Se não cumprirmos, em qualquer tipo de teatro, essas regras, estamos a incorrer no risco de falha que pode levar às últimas instâncias, ser julgado em tribunal.

**9- *No âmbito da pergunta anterior, poderia enumerar quais os vetores de utilização que permitem aos Militares a inteira percepção das ROE para a condução das mesmas no decorrer das Operações de Estabilização?***

- Qualquer capacidade de uma força é ditada pelo recurso humano, os meios materiais e pelo treino. No treino específico para a missão há que acrescentar toda a especificidade dessa missão e as regras da mesma.

As ROE são a “Bíblia” da missão.

**10- *Alguma vez se questionou se essas ROE deveriam ser revistas e/ou alteradas?***

- Não, é possível que aconteça... mas elas são genéricas. Estas regras não são algo que se possa mudar de um dia para o outro, são regras que estão consolidadas, dependem de missão para missão. No entanto, consoante o mandato definido para cada, poderão ser ajustadas, muito embora já se encontrem consolidadas à luz do Direito Internacional e das convenções e normativos existentes.

Podemos concluir que há uma adaptação a cada tipo de teatro, mas, a partir daí, normalmente, não sofrem alterações.

Nunca questioneei nenhuma porque considero que constituem a nossa “Bíblia” e caracterizam a missão.

As ROE têm evoluído muito, existem e são a base de toda atuação.

**11- *Tem algum assunto que possa acrescentar a esta entrevista ou que encontre pertinente referenciar neste estudo e que possa ser de grande utilidade para conclusão do mesmo?***

- Não, de certa forma já foi tudo dito.

***Muito Obrigado pelos seus contributos para este Trabalho de Investigação Aplicada, bem como, pela sua disponibilidade***

## Apêndice II – Consentimento Informado

Tenho conhecimento que um Aspirante de Infantaria do Exército Português está a realizar um Trabalho de Investigação Aplicada, que se enquadra no Mestrado Integrado em Ciências Militares, Especialidade de Infantaria, sobre “*As ROE na condução das Operações de Estabilização (não Artigo5º- NA5CRO)*”. O estudo tem como investigador o Sr. Aspirante de Infantaria Carlos Válter Fernandes dos Santos, com a orientação do Sr. Coronel de Artilharia Rui Baleizão e a coorientação do Sr. Tenente-Coronel Marco Gonçalves.

Se concordar participar, vou ser entrevistado individualmente pelo Aspirante Santos, onde iremos debater ideias acerca desta temática. A entrevista tem uma duração média entre 45 minutos a 1 hora e será gravada em áudio, mas ninguém terá acesso à gravação, exceto as pessoas que estão a fazer este estudo. Eu tenho o direito de responder apenas às perguntas que quiser. Mas a minha participação poderá ser de grande utilidade, no futuro. No final do estudo poderei ter acesso aos resultados do mesmo, através do repositório comum da biblioteca da Academia Militar (<http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/5479>) ou da solicitação ao investigador.

Aceito participar neste estudo e aceito ser entrevistado(a) no dia 16/5, pelas 14:10h horas. Se, em algum momento, decidir que não quero participar, posso desistir e não preciso de explicar as minhas razões e isso não terá nenhuma consequência negativas para mim.

Assinatura:

Data: 05/05/2016

Muito obrigado pela colaboração.

Pela equipa de investigação,



Carlos Válter Fernandes dos Santos  
Aspirante de Infantaria

Para qualquer esclarecimento, contactar [valter.santos.679@gmail.com](mailto:valter.santos.679@gmail.com)



### Apêndice III – Questionário Sociodemográfico

#### QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Cód. 03

#### I. IDENTIFICAÇÃO

2. Nome:

Natália Domingos da Silva Queiroz

3. Categoria:

a) Posto:

Coronel

4. Ramo da FA/Força de Segurança:

a. Marinha ☐

b. Exército ☒

c. Força Aérea ☐

d. Guarda Nacional Republicana ☐

5. Função(ões) atual(ais):

a.

Inspetor Adjunto

b.

c.

#### II. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

6. Habilitações académicas:

a) Licenciatura ☒

b) Mestrado ☐

c) Doutoramento ou superior ☐

Grato pela atenção e tempo dispensados e pela dedicação que empreendeu neste assunto de importância total neste meu percurso.

## **APÊNDICE E – ENTREVISTA N.º 4 - CMG NEVES CORREIA**

### **1. INTRODUÇÃO**

*As Regras de Empenhamento ditam em que circunstâncias, condições, grau e forma se pode ou não aplicar o uso da força. As ROE, utilizadas na condução das Operações Militares, são uma das realidades que o Exército Português tem vindo a aplicar nos atuais Teatros de Operações. Este é um tema de elevado interesse para o nosso quotidiano militar.*

*O objetivo geral deste Trabalho de Investigação prende-se com o estudo das Regras de Empenhamento, compreender e descrever a sua verdadeira importância, desde a sua origem até aos teatros atuais.*

*Para melhor compreendermos o que foi mencionado anteriormente, nada melhor que evidenciar as ROE no decorrer das Operações de Estabilização que, atendendo à conjuntura atual, estas Operações de Estabilização encontram-se no mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas.*

### **4. CORPO DE QUESTÕES**

**1- Já participou em alguma missão? Ou se teve algum contacto no âmbito das ROE?  
Se sim, qual?**

- Já me dedico às ROE há muitos anos, dando apoio constante à Marinha e às Forças Armadas em geral. Desde 2001 que participo em todos os tipos de exercícios ligados às ROE. Em termos de operações reais, só de apoio em Portugal, designadamente, operações de Pirataria e apoio ao Estado-Maior-General das Forças Armadas relativamente ao Afeganistão.

**2- Caso tenha estado em missão, quais as funções exercidas durante a missão/missões que realizou?**

- Em termos de operações reais, só de apoio em Portugal, designadamente, operações de pirataria e apoio ao Estado-Maior-General das Forças Armadas relativamente ao Afeganistão.

**3- Refira-me, o que pensa sobre as ROE?**

- As ROE são essenciais aos Militares, aos chefes e aos subordinados. Quando me refiro aos chefes, falo não só dos que se encontram no terreno, mas também dos que estão cá.

Eu encaro estas Regras como diretivas para o uso da força e proteção de um chefe na área de operações. Um exemplo disso, paradigmático diria, é a pirataria. A pirataria é uma operação do capítulo 7 da Carta das Nações Unidas. As ROE são regras internacionais da NATO ou EU; devemos participar logo na tomada de decisão inicial, mas quando integramos *a posteriori*, significa que temos que ter um trabalho de *staffing* muito bem feito.

Nesse trabalho, analisamos as ROE e verificamos, por um lado, se elas são suficientemente robustas para cumprir a missão, por outro, se as devemos ou não limitar relativamente aos militares portugueses. Estes limites, habitualmente designados por *caveats*, podem ser legais, operacionais ou politico-estratégicos. Os *caveats* legais são aqueles que não permitem a nossa atuação de determinada forma por imposição do nosso ordenamento jurídico; os *caveats* operacionais resultam de uma limitação que tem a ver com meios ou capacidade não existentes; os *caveats* estratégicos são os mais difíceis de justificar pois normalmente resultam de uma mera decisão política, que não permite aos militares efetuar determinada missão.

**4- *São estas regras de facto imprescindíveis à atuação do militar em momento de controvérsia? Ou pensa que, se assim não fosse, o sucesso de uma missão seria posto em causa?***

- Em termos de ROE, torna-se importante que um Comandante saiba até onde pode ir, em termos do uso da força. Antes da operação, exige-se, cá, um grupo coeso e conhecedor a preparar as ROE, pois só assim um Comandante se sentirá à vontade para agir, pois sente que está protegido na sua atuação.

**5- *Convicto de que me pode elucidar sobre a questão ROE, pode referir-me, na sua perspetiva, qual a importância no âmbito das operações militares?***

- Em situações de estado de sítio, as ROE são essenciais, pois só elas nos permitiriam o uso da força, para além do recurso à figura da legítima defesa (não há legislação em vigor sobre esta matéria). Em situações de apoio às Forças de Segurança, as ROE acabam por servir só para criar diretivas relacionadas com o procedimento; podem existir mas o militar não pode esperar que com o presente ordenamento jurídico

sejam autorizadas ROE que permitam disparar sobre alguém fora das situações relacionadas com legítima defesa.

**6- *As Operações Militares têm vindo a sofrer alterações, devido das transformações que têm vindo a ocorrer em vários níveis. Poderia enumerar-me algumas dessas alterações?***

- Não estou muito a par. Nós na Marinha seguimos muito a NATO ao contrário de vocês, Exército, que seguem muito os manuais dos EUA.

**7- *Pode descrever-me o porquê das Operações de Estabilização se encontrar no mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas?***

- Quando olhamos para todo o tipo de Operações, o primeiro ponto a ter em consideração é se há ou não há uma resolução do Conselho de Segurança das NU, porque é essa resolução (dos 15 países) que nos dá força jurídica à nossa Operação em termos de direito de utilização da força nas suas duas componentes: fundamento para a intervenção e que nível de força podemos usar na operação.

Quando os EUA chegaram ao Iraque pela segunda vez não tinham fundamento para tal, mas depois de lá estarem têm que utilizar a força de acordo com o Direito Internacional, mais especificamente, com os princípios do Direito dos Conflitos Armados.

Uma resolução do Conselho de Segurança nunca define claramente que força pode ser usada; no entanto é do seu texto que decorrem as ROE ao nível da NATO ou da UE, pois é com esta base que os políticos emitem a autorização para o uso da força na forma de um ROEAUTH.

Dependendo do tipo de missão em causa, as ROE são mais ou menos robustas: no caso de um *Peace Enforcement*, a força tem de estar mais presente, se for um *Peace Building* a utilização da força fica reduzida a situações de legítima defesa, o que se compreende, pois, o nível de ameaça é menor e existe um maior contacto com as populações.

Uma das situações mais difíceis para utilização de ROE é quando estamos num país que tem Forças Armadas e que aceita a nossa presença, mas que no mesmo teatro de operações existem grupos de guerrilha, sem uniforme, misturados com a população. Mesmo que se consiga o objetivo de ter ROE que permitam a utilização de força sobre eles, torna-se muito difícil a sua concretização pela dificuldade em distinguir.

**8- Qual a importância das ROE nas Operações de estabilização?**

- Já respondido na questão anterior.

**9- No âmbito da pergunta anterior, poderia enumerar quais os vetores de utilização que permitem aos Militares a inteira percepção das ROE para a condução das mesmas no decorrer das Operações de Estabilização?**

- De acordo com a doutrina, os pilares das ROE são as operações, o direito e a diplomacia (política). No pilar operações as ROE devem estar constantemente adequadas à missão de forma a poder cumpri-la.

O pilar legal limita-nos a nossa atuação normalmente através do Direito Internacional e do ordenamento jurídico interno.

No referente ao pilar político-diplomático eu diria que é uma base muito relevante, porque são os desígnios políticos que comandam e interferem no uso da força.

Para que as ROE sejam bem sucedidas, o treino é essencial. Não é suficiente o soldado dispor de um “*Soldier Card*”, pois é imprescindível o seu treino prévio.

Um outro ponto essencial das ROE é o seu *Staffing*, pois só um trabalho de equipa, jurídico e operacional, permite para dar conforto a um Comandante no teatro de operações.

Para os Americanos, a legítima defesa faz parte das ROE; os países europeus têm outra visão: a legítima defesa é o fundamento para o uso da força que o militar tem sempre e que nunca lhe podem retirar, ou seja, as ROE não são legítima defesa. Podemos referir que as ROE habitualmente ou dizem o direito, ajudando um Comandante nos seus conhecimentos jurídicos, ou limitam o direito, não permitindo que um Comandante atue dentro de toda a amplitude que lhe é dada pelo Direito Internacional.

O militar tem de ter em atenção que o conceito de legítima defesa, como causa de exclusão de ilicitude, é a mesma que é usada, tanto no dia a dia, como quando o militar está em missão em qualquer tipo de conflito.

**10- Alguma vez se questionou se essas ROE deveriam ser revistas e/ou alteradas?**

- Sempre. Quando fazemos o *Staffing* de ROE devemos estar sempre a colocá-las em causa e a pormo-nos na posição do Comandante. Um conselho que eu deixo, é que o comandante deve ter sempre um sentido crítico sobre as ROE.

**11- *Tem algum assunto que possa acrescentar a esta entrevista ou que encontre pertinente referenciar neste estudo e que possa ser de grande utilidade para conclusão do mesmo?***

- Uma vez que o exército não utiliza as ROE a nível nacional, as utilizadas na Marinha, na minha perspetiva, não são muito importantes. O Exército só utilizaria as ROE em situações de ameaça iminente para proteger determinadas zonas específicas, nas situações em que as Forças de Segurança não dispõem de elementos suficientes. Não prevejo que o Exército, a Marinha e a Força Aérea venham a ter a possibilidade legal de usar a força para além das situações de legítima defesa. Por conseguinte, em tempo de paz, em território nacional, com as limitações legais existentes, julgo que as ROE não são, neste contexto, muito importantes para os militares.

É necessário sempre recordar que as ROE não existem para executar ordens ou tarefas; são diretivas para o uso da força.

***Muito Obrigado pelos seus contributos para este Trabalho de Investigação Aplicada, bem como, pela sua disponibilidade.***

## Apêndice II – Consentimento Informado

Tenho conhecimento que um Aspirante de Infantaria do Exército Português está a realizar um Trabalho de Investigação Aplicada, que se enquadra no Mestrado Integrado em Ciências Militares, Especialidade de Infantaria, sobre “*As ROE na condução das Operações de Estabilização (não Artigo5º- NA5CRO)*”. O estudo tem como investigador o Sr. Aspirante de Infantaria Carlos Válder Fernandes dos Santos, com a orientação do Sr. Coronel de Artilharia Rui Baleizão e a coorientação do Sr. Tenente-Coronel Marco Gonçalves.

Se concordar participar, vou ser entrevistado individualmente pelo Aspirante Santos, onde iremos debater ideias acerca desta temática. A entrevista tem uma duração média entre 45 minutos a 1 hora e será gravada em áudio, mas ninguém terá acesso à gravação, exceto as pessoas que estão a fazer este estudo. Eu tenho o direito de responder apenas às perguntas que quiser. Mas a minha participação poderá ser de grande utilidade, no futuro. No final do estudo poderei ter acesso aos resultados do mesmo, através do repositório comum da biblioteca da Academia Militar (<http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/5479>) ou da solicitação ao investigador.

Aceito participar neste estudo e aceito ser entrevistado(a) no dia 06, pelas 09:40 horas. Se, em algum momento, decidir que não quero participar, posso desistir e não preciso de explicar as minhas razões e isso não terá nenhuma consequência negativa para mim.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: 6 / 5 / 2016



Muito obrigado pela colaboração.

Pela equipa de investigação,



Carlos Válder Fernandes dos Santos  
Aspirante de Infantaria

Para qualquer esclarecimento, contactar [valter.santos.679@gmail.com](mailto:valter.santos.679@gmail.com)

### Apêndice III – Questionário Sociodemográfico

#### QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Cód. 04

#### I. IDENTIFICAÇÃO

2. Nome:

ANTÔNIO JOSÉ NUNES CORREIA

3. Categoria:

a) Posto: CMG

4. Ramo da FA/Força de Segurança:

a. Marinha ☒

b. Exército ☐

c. Força Aérea ☐

d. Guarda Nacional Republicana ☐

5. Função(ões) atual(ais):

a. ADS, DIRETOR DE PESSOAL

b. \_\_\_\_\_

c. \_\_\_\_\_

#### II. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

6. Habilitações académicas:

a) Licenciatura ☒

b) Mestrado ☐

c) Doutoramento ou superior ☐

**Grato pela atenção e tempo dispensados e pela dedicação que empreendeu neste assunto de importância total neste meu percurso.**



## **APÊNDICE F – ENTREVISTA N.º 5 – COR FRANCISCO RIJO**

### **1. INTRODUÇÃO**

*As Regras de Empenhamento ditam em que circunstância, condições, grau e forma se pode ou não aplicar o uso da força. As ROE, utilizadas na condução das Operações Militares, são uma das realidades que o Exército Português tem vindo a aplicar nos atuais Teatros de Operações. Este é um tema de elevado interesse para o nosso quotidiano militar.*

*O objetivo geral deste Trabalho de Investigação prende-se com o estudo das Regras de Empenhamento, compreender e descrever a sua verdadeira importância, desde a sua origem até aos teatros atuais.*

*Para melhor compreendermos o que foi mencionado anteriormente, nada melhor que evidenciar as ROE no decorrer das Operações de Estabilização que, atendendo à conjuntura atual, estas Operações de Estabilização encontram-se no mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas.*

### **2. CORPO DE QUESTÕES**

**1- Já participou em alguma missão? Se sim, em que missão/missões?**

- ISAF- 7º CN

**2- Caso tenha estado em missão, quais as funções exercidas durante a missão/missões que realizou?**

- Senior adviser da Military Advisory Team

**3- Refira-me, o que pensa sobre as ROE?**

- São essenciais porquanto auxiliam a força na condução das operações, estandardizando procedimentos, tipificando respostas a incidentes ou acontecimentos, estipulando margens de manobra e atuação, aspetos essenciais em operações de resposta a crises, onde os constrangimentos legais impostos por força do mandato sob o qual a força militar é projetada, são de ordem diversa.

**4- *São estas regras de facto imprescindíveis à atuação do militar em momento de controvérsia? Ou pensa que, se assim não fosse, o sucesso de uma missão seria posto em causa?***

- São de facto imprescindíveis, carecendo por isso de um estudo prévio e apurado, bem como de uma redação cuidada, sob o ponto de vista legal e operacional. Aliás, a sua redação obriga a sucessivos patamares de aprovação (diferentes escalões de comando e controlo, quer do nível estratégico como operacional). O não cumprimento das ROE pode levar a que um acontecimento tático tenha implicações estratégicas, pondo em causa a própria legitimidade da atuação, com o impacto indesejável nas comunidades local e internacional que tais ações podem ter, fornecendo argumentos contra a atuação da Força Militar.

**5- *Convicto de que me pode elucidar sobre a questão ROE, pode referir-me, na sua perspetiva, qual a importância no âmbito das operações militares?***

- Como atrás referido, as ROE revestem-se de extrema importância. Não é inocente que qualquer contingente militar em aprontamento tenha formação obrigatória sobre as mesmas. Ou que comumente os Comandantes das Forças mandem distribuir individualmente um pequeno “*aide-memoire*” sob a forma de cartão plastificado ou integrado no “*battlebook*” da Força, em que as ROE venham explicitadas: para que não hajam falhas, para que em situação de tensão e confusão ou a todo o momento durante a operação o militar se sinta familiarizado e saiba como atuar. Claro que se no contexto das operações circunscritas ao Art.º 5º da NATO as Convenções de Genebra constituem-se como o normativo, já nas operações de estabilização tais convenções não são aplicáveis e aí surgem as ROE.

**6- *As Operações Militares têm vindo a sofrer alterações, devido às transformações que têm vindo a ocorrer em vários níveis. Poderia enumerar-me algumas dessas alterações?***

- Face à questão ocorrem-me de imediato três aspetos essenciais:

A mediatização dos conflitos, onde em tempo real se abre uma janela para o mundo, promovendo um acompanhamento próximo dos acontecimentos e a consequente intervenção dos “*opinion-makers*”. Acresce o acesso geral às redes sociais, em que a

mediatização é estimulada pelos próprios militares, através de *posts* no *facebook* e afins;

- A natureza dos atores, que deixam de ser iminentemente os estados, mas antes assume a configuração de grupos mais ou menos organizados, mais ou menos legitimados, mas defensores de causas, algumas radicais, fundamentalistas, nacionalistas, entre outras;
- O envolvimento crescente da população civil como centro de gravidade das operações e dos meios urbanos, onde os contendores se misturam muitas das vezes, sendo a população ora apoiantes e simpatizantes, ora vítimas, mas onde a distinção se torna difícil ou praticamente impossível.

Daí os conceitos de assimetria e insurgência, tão falados nos dias de hoje. Também daí as operações de INTEL e HUMINT, da cibernética e das tecnologias de informação, que se revestem de crescente complexidade, importância e crescente investimento nos Exércitos da atualidade.

**7- *Pode descrever-me o porquê das Operações de Estabilização se encontrar no mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas?***

- De alguma forma a explicação poderá residir na resposta anterior. As Operações de Estabilização assumem o mesmo caráter de importância que as restantes. Serão porventura operações que impedirão, em última instância, a degeneração nas outras duas. As práticas e orientação da NATO nos últimos anos é disso o corolário. De um modo geral todos os Exércitos ditos Ocidentais têm-se dedicado nos últimos anos ao treino intensivo no domínio das Operações de Estabilização em particular, por ser este tipo de operações que tem vindo a eclodir com maior frequência.

**8- *Qual a importância das ROE nas Operações de estabilização?***

- Creio ter respondido já nas questões 4 e 5. Acresce dizer que nas Operações de Estabilização situações há em que o militar individualmente, independentemente do posto, se constitui como um embaixador, dependendo dele o crédito ou descrédito da força como um todo. Haverá assim uma responsabilidade acrescida do combatente porquanto o conhecimento das ROE é essencial por qualquer militar que esteja no TO.

**9- *No âmbito da pergunta anterior, poderia enumerar quais os vetores de utilização que permitem aos Militares a inteira percepção das ROE para a condução das mesmas no decorrer das Operações de Estabilização?***

- Se julgo entender a questão, julgo que é essencial definir o enquadramento do uso da força, sendo o seu uso gradativo desde os avisos, uso de meios não letais e uso de meios letais.

Também há que definir as situações em que se pode ou não interferir, pode gerar alguma dúvida pelo que deverá ser exaustivamente escalpelizada, bem como as situações referentes à tradução e aplicação de condutas de imparcialidade e apoio.

**10- *Alguma vez se questionou se essas ROE deveriam ser revistas e/ou alteradas?***

- As ROE são construídas caso a caso, dependendo da operação e a partir de um catálogo preexistente que de per si é bastante detalhado e completo. Casos em que as ROE não sejam suficientes, são criadas as necessárias e colocadas à discussão nos fora adequados, durante o processo de planeamento, sofrendo as várias versões um conjunto de iterações até se atingir o desiderato pretendido. Há que, contudo, haver flexibilidade suficiente para que, no decurso da operação e face aos desenvolvimentos no teatro, sejam introduzidas as alterações necessárias e em tempo oportuno para fazer face às situações que vieram introduzir a necessidade destas alterações. Ora, por vezes, os mecanismos de alteração das ROE podem não ser tão rápidos quanto o desejável.

**11- *Tem algum assunto que possa acrescentar a esta entrevista ou que encontre pertinente referenciar neste estudo e que possa ser de grande utilidade para conclusão do mesmo?***

- NTR

***Muito Obrigado pelos seus contributos para este Trabalho de Investigação Aplicada, bem como, pela sua disponibilidade.***

## Apêndice II – Consentimento Informado

Tenho conhecimento que um Aspirante de Infantaria do Exército Português está a realizar um Trabalho de Investigação Aplicada, que se enquadra no Mestrado Integrado em Ciências Militares, Especialidade de Infantaria, sobre "*As ROE na condução das Operações de Estabilização (não Artigo5º- NASCRO)*". O estudo tem como investigador o Sr. Aspirante de Infantaria Carlos Válder Fernandes dos Santos, com a orientação do Sr. Coronel de Artilharia Rui Baleizão e a coorientação do Sr. Tenente-Coronel Marco Gonçalves.

Se concordar participar, vou ser entrevistado individualmente pelo Aspirante Santos, onde iremos debater ideias acerca desta temática. A entrevista tem uma duração média entre 45 minutos a 1 hora e será gravada em áudio, mas ninguém terá acesso à gravação, exceto as pessoas que estão a fazer este estudo. Eu tenho o direito de responder apenas às perguntas que quiser. Mas a minha participação poderá ser de grande utilidade, no futuro. No final do estudo poderei ter acesso aos resultados do mesmo, através do repositório comum da biblioteca da Academia Militar (<http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/5479>) ou da solicitação ao investigador.

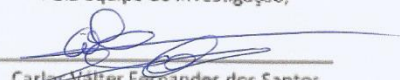
Aceito participar neste estudo e aceito ser entrevistado(a) no dia \_\_\_\_\_, pelas \_\_\_\_\_ horas. Se, em algum momento, decidir que não quero participar, posso desistir e não preciso de explicar as minhas razões e isso não terá nenhuma consequência negativa para mim.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: 26/05/16

Muito obrigado pela colaboração.

Pela equipa de investigação,

  
Carlos Válder Fernandes dos Santos  
Aspirante de Infantaria

Para qualquer esclarecimento, contactar [valter.santos.679@gmail.com](mailto:valter.santos.679@gmail.com)

Apêndice III – Questionário Sociodemográfico

QUESTIONÁRIO SOCIOD.....

I. IDENTIFICAÇÃO

2. Nome: FRANCISCO JOSE FONSECA RISO
3. Categoria: Gr
- a) Posto: \_\_\_\_\_
4. Ramo da FA/Força de Segurança:
- a. Marinha \*
- b. Exército \*
- c. Força Aérea \*
- d. Guarda Nacional Republicana \*
5. Função(ões) atual(ais):
- a. Cmdt RI 14
- b. \_\_\_\_\_
- c. \_\_\_\_\_

II. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

6. Habilitações académicas:
- a) Licenciatura \*
- b) Mestrado \*
- c) Doutoramento ou superior \*

Grato pela atenção e tempo dispensados e pela dedicação que empreendeu neste assunto de importância total neste meu percurso.

## **APÊNDICE G – ENTREVISTA N.º 6 - VICE ALMIRANTE SILVA CARREIRA**

### **1. INTRODUÇÃO**

*As Regras de Empenhamento ditam em que circunstâncias, condições, grau e forma se pode ou não aplicar o uso da força. As ROE, utilizadas na condução das Operações Militares, são uma das realidades que o Exército Português tem vindo a aplicar nos atuais Teatros de Operações. Este é um tema de elevado interesse para o nosso quotidiano militar.*

*O objetivo geral deste Trabalho de Investigação prende-se com o estudo das Regras de Empenhamento, compreender e descrever a sua verdadeira importância, desde a sua origem até aos teatros atuais.*

*Para melhor compreendermos o que foi mencionado anteriormente, nada melhor que evidenciar as ROE no decorrer das Operações de Estabilização que, atendendo à conjuntura atual, estas Operações de Estabilização encontram-se no mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas.*

### **2. CORPO DE QUESTÕES**

**1- Já participou em alguma missão? Ou se teve algum contacto no âmbito das ROE?**

*Se sim, qual?*

- No plano teórico, enquanto investigador dessa área, e no plano prático, entre 1996 e 2000, estive na missão da NATO, fiz as assessorias todas porque, como sabe, nas ordens das operações, os anexos das Regras de Empenhamento são um dos mais debatidos e são aprovados por todo o Concelho.

**2- Caso tenha estado em missão, quais as funções exercidas durante a missão/missões que realizou?**

- Quando estamos nas missões em Bruxelas as ROE são discutidas no Comité Militar, no Concelho e são trabalhadas por nós. Trabalhei como *Legal Adviser* na parte de Portugal.

Aqui em Portugal fui chefe da divisão dos *Legal Adviser* e sempre dei formação nesta área.

**3- *Refira-me, o que pensa sobre as ROE?***

- As ROE são, essencialmente, instruções que servem para regular o uso da força ou determinadas questões sensíveis. Quando se abordam ou se faz um estudo sobre ROE pensa-se que elas são qualquer coisa de substancial, mas não são; elas são instrumentais. São no fundo uma metodologia de fazer com que a orientação política chegue às operações militares; pois como sabe, é a política que comanda, ao último nível, as operações militares. As OM estão sempre condicionadas politicamente e, hoje em dia, são extremamente sensíveis, o que não acontecia na 2ª Guerra Mundial. Neste momento, estamos perante uma situação em que uma ação de um militar do mais baixo escalão do terreno pode criar um incidente que pode ter uma repercussão política a nível internacional.

No fundo, as ROE são um mecanismo instrumental de instruções para a execução das operações.

**4- *São estas regras de facto imprescindíveis à atuação do militar em momento de controvérsia? Ou pensa que, se assim não fosse, o sucesso de uma missão seria posto em causa?***

- Se não existissem as ROE, teria que existir outro sistema qualquer. Elas são uma metodologia que foi desenvolvida, inicialmente, julgo eu, nos EUA e logo importadas pela NATO, o ICCII e o MCC-132. Um dos méritos da NATO é o desenvolvimento da doutrina militar conjunta e com o contributo de muitos países, pelo que está constantemente a ser revista e atualizada.

As ROE têm-se revelado bastante imprescindíveis, mas se não existissem, sempre existiram guerras, e as instruções foram dadas, daí o seu carácter instrumental. Neste momento o sistema está muito aperfeiçoado, muito trabalhado, tem mostrado a sua eficácia e eficiência nas operações concretas, faz parte do nosso corpus militar, sendo também, adotadas por países, *partners* e até coligações não NATO.

**5- *Convicto de que me pode elucidar sobre a questão ROE, pode referir-me, na sua perspetiva, qual a importância no âmbito das operações militares?***

- As ROE estão ligadas à execução da operação. Desde o princípio, o planeamento das OM pressupõe um objetivo político. Os planeadores militares desenvolvem linhas de ação militar para atingirem o objetivo político. Essa linha de ação militar,



para ser executada, vai ser transformada numa ordem de operações anteriormente aprovada politicamente.

Logo no início do planeamento militar surge o anexo das ROE, pois elas são necessárias a todos os níveis da cadeia de comando. São pensadas em conjunto assim como os conhecimentos do Direito Humanitário que desde o início fazem parte do planeamento.

**6- *As Operações Militares têm vindo a sofrer alterações, devido das transformações que têm vindo a ocorrer em vários níveis. Poderia enumerar-me algumas dessas alterações?***

- As OM são adaptadas aos objetivos políticos, quando aqui se fala em alteração, falamos em execuções alteradas e condicionadas por dois aspetos:

- Fator tecnológico que determina a evolução das operações quer das armas, quer do sistema (refiro-me a satélites, meios não tripulados, facilidades de comunicação).
- Natureza do objetivo a alcançar.

As transformações não são, assim, tão significativas, os objetivos políticos variam, mas a substância das questões mantem-se. Vou citar um exemplo: as guerras híbridas são agora muito faladas, mas sempre existiram; ação militar por um lado e ação política por outro.

Há transformações porque tudo evolui, mas estas são mais determinadas pelos ambientes e pelas necessidades do objetivo. A essência reside sempre nas Forças Armadas ao serviço de atingir objetivos fixados pela política.

**7- *Pode descrever-me o porquê das Operações de Estabilização se encontrar no mesmo patamar das Operações Ofensivas e Defensivas?***

- Estão ao mesmo nível porque estão condicionadas pelo ambiente internacional. As Operações Ofensivas e Defensivas têm a ver com os bloqueamentos que já vêm desde o paradoxo nuclear. A Guerra Fria já é uma guerra em que as Operações Militares, já que na 2ª Guerra Mundial não existiam, ou seja, os blocos não se confrontam no campo de batalha, vão-se confrontando por vias indiretas, entre as quais, as guerras por procuração.

Atualmente, deparamo-nos com um conjunto de problemas de estabilização de regiões que colocam em causa a segurança e obrigam a outro tipo de intervenção que não sejam grandes Operações Militares Ofensivas.

Hoje em dia assiste-se, igualmente, a outro tipo de operações, estabilização, intervenções, missões de auxílio a países amigos, formação militar, etc. Tudo isto para tentar evitar a destabilização internacional e tentar atalhar problemas que comprometam a segurança dos países, neste caso, dos países da NATO e do ocidente.

**8- *Qual a importância das ROE nas Operações de estabilização?***

- Na minha perspetiva, as ROE tiveram uma importância acrescida quando se passa das operações clássicas (operações ofensivas) para as operações de estabilização.

Nas operações clássicas, os objetivos são muito claros (ataque e destruição). A questão coloca-se nas Operações de Estabilização em que as condicionantes políticas são evidentes e daí ter que existir um controlo permanente. Um pequeno incidente militar pode despoletar num problema internacional ao mais alto nível.

A sensibilidade destas operações é muito grande em termos de condicionantes políticas e daí a necessidade de regulação da operação e de enquadramento político da operação em permanência.

As ROE são um sistema de dar instruções, desde o perfil que é pedido, ao aprovado, ao autorizado, à implementação de uma regra, etc.

Como estas operações são mais complexas, as ROE servem para regular posturas, atitudes e comportamentos. Devem ser bem utilizadas pois tanto podem conduzir ao sucesso como ao desastre da operação.

**9- *No âmbito da pergunta anterior, poderia enumerar quais os vetores de utilização que permitem aos Militares a inteira perceção das ROE para a condução das mesmas no decorrer das Operações de Estabilização?***

- Eu chamar-lhe-ia domínios. A regulação da força é um deles (aliás foi assim que as ROE nasceram), o enquadramento político da operação, o escalar e descalar, a postura das forças, as atitudes (mais ou menos agressivas).

É através das ROE que se configura a atitude ou o comportamento da força no terreno a cada momento. As ROE antecipam o possível.

Em cada operação o perfil das ROE instituídas pode ser alterado consoante as necessidades no terreno, sendo que, podemos afirmar que elas acompanham todas as vertentes, da operação até á logística.

**10- *Alguma vez se questionou se essas ROE deveriam ser revistas e/ou alteradas?***

- O perfil das ROE, geralmente, cobre todas as possibilidades, existe uma dinâmica que lhes é inerente pela capacidade de alteração e revisão o que faz parte da sua própria natureza. São flexíveis e isentas de rigidez pela capacidade que têm em ser revistas e alteradas consoante os objetivos da operação a atingir.

Estas regras, são de fato, imprescindíveis por permanentemente estarem a responder às necessidades através dos próprios mecanismos de revisão e de apreciação.

**11- *Tem algum assunto que possa acrescentar a esta entrevista ou que encontre pertinente referenciar neste estudo e que possa ser de grande utilidade para conclusão do mesmo?***

- Não.

***Muito Obrigado pelos seus contributos para este Trabalho de Investigação Aplicada, bem como, pela sua disponibilidade.***

## Apêndice II – Consentimento Informado

Tenho conhecimento que um Aspirante de Infantaria do Exército Português está a realizar um Trabalho de Investigação Aplicada, que se enquadra no Mestrado Integrado em Ciências Militares, Especialidade de Infantaria, sobre “*As ROE na condução das Operações de Estabilização (não Artigo5º- NA5CRO)*”. O estudo tem como investigador o Sr. Aspirante de Infantaria Carlos Válter Fernandes dos Santos, com a orientação do Sr. Coronel de Artilharia Rui Baleizão e a coorientação do Sr. Tenente-Coronel Marco Gonçalves.

Se concordar participar, vou ser entrevistado individualmente pelo Aspirante Santos, onde iremos debater ideias acerca desta temática. A entrevista tem uma duração média entre 45 minutos a 1 hora e será gravada em áudio, mas ninguém terá acesso à gravação, exceto as pessoas que estão a fazer este estudo. Eu tenho o direito de responder apenas às perguntas que quiser. Mas a minha participação poderá ser de grande utilidade, no futuro. No final do estudo poderei ter acesso aos resultados do mesmo, através do repositório comum da biblioteca da Academia Militar (<http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/5479>) ou da solicitação ao investigador.

Aceito participar neste estudo e aceito ser entrevistado(a) no dia \_\_\_\_\_, pelas \_\_\_\_\_ horas. Se, em algum momento, decidir que não quero participar, posso desistir e não preciso de explicar as minhas razões e isso não terá nenhuma consequência negativa para mim.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: 11 / 11 / 2016

Muito obrigado pela colaboração.

Pela equipa de investigação,

\_\_\_\_\_  
Carlos Válter Fernandes dos Santos  
Aspirante de Infantaria

Para qualquer esclarecimento, contactar [valter.santos.679@gmail.com](mailto:valter.santos.679@gmail.com)

### Apêndice III – Questionário Sociodemográfico

#### QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Cód. \_\_\_\_\_

#### I. IDENTIFICAÇÃO

2. Nome:

JOSE MANOEL P. SILVA CARREIRA

3. Categoria:

a) Posto: VALM

4. Ramo da FA/Força de Segurança:

a. Marinha ☒

b. Exército ☐

c. Força Aérea ☐

d. Guarda Nacional Republicana ☐

5. Função(ões) atual(ais):

a. Reforço

b. \_\_\_\_\_

c. \_\_\_\_\_

#### II. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

6. Habilitações académicas:

a) Licenciatura ☒

b) Mestrado ☐

c) Doutoramento ou superior ☐

Grato pela atenção e tempo dispensados e pela dedicação que empreendeu neste assunto de importância total neste meu percurso.

## APÊNDICE H-RESULTADOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Tabela 8-Questão 1

<b>Renato Assis</b>	<b>Timor Leste, Iraque, Kosovo, Afeganistão, dois anos...2º Comandante do GAC, Legal Adviser... fez Curso sobre ROE nos EUA, durante duas semanas</b>
<b>João Godinho</b>	<b>Na Bósnia Herzegovina tínhamos ROE, no Afeganistão chefei operação ISAF; elaboração de documentos doutrinários, treino, exercício, operações; em Angola quando ia dar aulas; Coimbra em Cursos de Operações de Paz</b>
<b>Diogo Cardoso</b>	<b>Sete missões-Bósnia, Kosovo, Iraque, Macedónia, Líbano, Afeganistão. Em vários quadros UE,NU,NATO</b>
<b>António Correia</b>	<b>Já me dedico às ROE há muitos anos...operações reais só de apoio em Portugal</b>
<b>Francisco Rijo</b>	<b>ISAF-7º CN</b>
<b>José Carreira</b>	<b>Entre 1996 e 2000 na NATO, no plano teórico como investigador</b>

Fonte: autor

Tabela 9 -Questão 2

<b>Renato Assis</b>	<b>Respondido</b>
<b>João Godinho</b>	<b>Sempre em contacto com ROE</b>
<b>Diogo Cardoso</b>	<b>Observador militar, chefe de treino, elemento do Comando de gestão, comandante de contingente no último contingente militar no Afeganistão, assessor chefe para a divisão de Kabul</b>
<b>António Correia</b>	<b>Só de apoio em Portugal</b>
<b>Francisco Rijo</b>	<b>Senior adviser /Military Advisory Team</b>
<b>José Carreira</b>	<b>Nas missões em Bruxelas as ROE são discutidas no Comité Militar</b>

Fonte: autor

Tabela 10 - Questão 3

<b>Renato Assis</b>	As ROE são um cardápio...com duas versões... listagem inicial...legítima defesa, cumprimento da missão
<b>João Godinho</b>	Regras que definem os limites do uso da força
<b>Diogo Cardoso</b>	As regras são a doutrina do emprego da força no âmbito do Art.º. 5... qualquer missão tem de ter definido de forma clara e precisa o delineamento das ROE e da aplicação da força
<b>António Correia</b>	São essenciais aos militares.....como diretivas para o uso da força e proteção de um chefe em área de operações...as três vertentes das ROE visam fazer legalmente o que se pede, podemos ou não fazer...um “caveat tático, técnico operacional, o “caveat” estratégico é o político
<b>Francisco Rijo</b>	Essenciais, estandardizando procedimentos, tipificando respostas
<b>José Carreira</b>	São essencialmente instruções...são instrumentais... são uma metodologia...um mecanismo instrumental

Fonte: autor

Tabela 11 - Questão 4

<b>Renato Assis</b>	Operação Peace Keeping-legítima defesa; Peace Enforcement- consentimento, uso da força e legitimidade; peace keeping-uso da força mínimo; Peace Enforcement-uso da força está patente As ROE não são um papel...são uma interiorização do treino
<b>João Godinho</b>	Quem não sabe usar a força arrisca-se a perder a razão
<b>Diogo Cardoso</b>	...todos devem ter noção exata...é necessário conhece-las de forma mecanizada...variam consoante se trate de quadro NU,UE, NATO, variam consoante a tipologia da missão...surtem da necessidade de imposição de regras...estas regras são conhecidas de ambos os lados
<b>António Correia</b>	Importante que um Comandante saiba até onde se pode ir...
<b>Francisco Rijo</b>	São imprescindíveis, carecendo de estudo prévio e apurado, bem como de redação cuidada, sob o ponto de vista legal e operacional...o não cumprimento pode levar a que um acontecimento tático tenha implicações estratégicas, pondo em causa a legitimidade da operação
<b>José Carreira</b>	...teria de existir outro mecanismo qualquer...têm-se revelado bastante imprescindível...o sistema está aperfeiçoado

Fonte: autor

Tabela 12 - Questão 5

<b>Renato Assis</b>	<b>O importante é a estabilização das populações</b>
<b>João Godinho</b>	<b>Perfil das ROE no sucesso desempenho de Operações Militares; perfil mais ou menos musculado, juristas militares e indivíduos das OM em simbiose... regras e objetivos ajustados às OM</b>
<b>Diogo Cardoso</b>	<b>Qualquer OP se rege pelo cumprimento das ROE</b>
<b>António Correia</b>	<b>Em situações de estado de sítio ...são essenciais...antes da operação exige-se cá um grupo coeso a preparar as ROE, pois só assim um Comandante se sentirá à vontade para agir</b>
<b>Francisco Rijo</b>	<b>Não é inocente que qualquer contingente militar em aprontamento tenha formação...para que em situação de tensão e confusão ou a todo o momento durante a operação o militar se sinta familiarizado e saiba como atuar...no contexto das operações circunscritas ao art. 5º da NATO as Convenções de Genebra constituem-se como o normativo</b>
<b>José Carreira</b>	<b>Os planeadores militares desenvolvem linhas de ação militar para atingirem o objetivo político</b>

Fonte: autor

Tabela 13 - Questão 6

<b>Renato Assis</b>	<b>Evolução do conflito, a partir de 1996 o paradigma mudou</b>
<b>João Godinho</b>	<b>A doutrina é sempre importante- Mod Nato art. 5º</b>
<b>Diogo Cardoso</b>	<b>As ROE são definidas para cada missão. Nas TTP nós temos aplicada a nossa doutrina...as ROE são um processo que não é nosso...os teatros são diferentes</b>
<b>António Correia</b>	<b>Não estou muito a par...na marinha seguimos muito a Nato, vocês no exército seguem muito manuais da UE</b>
<b>Francisco Rijo</b>	<b>Mediatização dos conflitos, natureza dos atores, envolvimento crescente da população civil...ora apoiantes...ora vítimas. Conceitos de assimetria e de insurgência, operações de INTEL e HUMINT</b>
<b>José Carreira</b>	<b>Fator tecnológico e natureza do objetivo...a substância das questões mantém-se...as guerras híbridas sempre existiram</b>

Fonte: autor



Tabela 14 - Questão 7

<b>Renato Assis</b>	<b>Contexto de estabilização, a subversão não está limitada a um território, o mundo está mais globalizado</b>
<b>João Godinho</b>	<b>Todo o sucesso começa na avaliação, o tipo de ameaça</b>
<b>Diogo Cardoso</b>	<b>A dimensão civil assumiu um papel muito importante para lidar com a complexidade dos conflitos modernos... a guerra convencional deixou de ser preponderante.....no período de estabilização...a instituição militar /forças militares perdem intervenção</b>
<b>António Correia</b>	<b>...há ou não resolução do Conselho de Seguranças das NU...é esta resolução que nos dá força jurídica...dependendo Peace Enforcement ou Peace Building...a resolução do Conselho de segurança nunca define claramente que força pode usar</b>
<b>Francisco Rijo</b>	<b>Operações de estabilização assumem o mesmo caráter</b>
<b>José Carreira</b>	<b>Estão ao mesmo nível porque...condicionadas pelo ambiente internacional...os blocos vão-se confrontando por vias indiretas...as guerras por procuração...deparamo-nos com um conjunto de problemas de estabilização de regiões que colocam em causa a segurança....obrigam a outro tipo de intervenção</b>

Fonte: autor

Tabela 15-Questão 8

<b>Renato Assis</b>	<b>Perante um quadro de ofensivas, temos de recorrer às ROE para orientar a força</b>
<b>João Godinho</b>	<b>ROE em conformidade com o Direito; esta nova doutrina não tem influência nas ROE</b>
<b>Diogo Cardoso</b>	<b>As ROE são a base de toda a atuação...se não cumprirmos estamos a incorrer em risco de falha...ser julgado em tribunal</b>
<b>António Correia</b>	<b>Já respondido.</b>
<b>Francisco Rijo</b>	<b>Nas operações de estabilização há um militar individualmente...um embaixador</b>
<b>José Carreira</b>	<b>As ROE tiveram uma importância acrescida quando de passa de operações clássicas (operações ofensivas) para operações de estabilização...a sensibilidade das operações é muito grande...servem para regular posturas, atitudes, comportamentos</b>

Fonte: autor

Tabela 16-Questão 9

<b>Renato Assis</b>	<b>A legítima defesa nas suas variantes-individual, coletiva, pessoas, materiais, focar garantia de segurança, defesa do mesmo contingente</b>
<b>João Godinho</b>	<b>Um tipo de operações onde as ROE são fulcrais...precisamente O. Estabilização, ...temos de ter noção que o uso da força é decidido ao mais baixo escalão...no checkpoint ou na patrulha...falamos em pilares, o treino é fundamental, outro a avaliação da ameaça</b>
<b>Diogo Cardoso</b>	<b>Especificidade da missão e as regras da mesma...são a Bíblia da missão</b>
<b>António Correia</b>	<b>Pilar operações, pilar legal, pilar diplomático ou político...político diplomático o mais relevante porque são os desígnios políticos que comandam e interferem no uso da força...para os Americanos a legítima defesa faz parte das ROE...na minha opinião as ROE não são legítima defesa...dizem o direito ou limitam o direito</b>
<b>Francisco Rijo</b>	<b>Enquadramento do uso da força, uso gradativo desde os avisos...definir as situações em que se pode ou não interferir</b>
<b>José Carreira</b>	<b>Chamar-lhe-ia domínios. A regulação da força é um deles...é através das ROE que se configura a atitude ou o comportamento da força no terreno. As ROE antecipam o possível</b>

Fonte: autor

Tabela 17-Questão 10

<b>Renato Assis</b>	<b>Não deveriam ser revistas ....construção da operação .... mas dispor de um cardápio adequado/ajustado</b>
<b>João Godinho</b>	<b>Em todas as missões senti-me confortável...não me senti limitado</b>
<b>Diogo Cardoso</b>	<b>É possível que aconteça...mas elas são genéricas, consoante o mandato definido elas podem ser ajustadas...têm evoluído, existem e são a base da atuação</b>
<b>António Correia</b>	<b>Sempre , ao nível do Staffing...um Comandante deve ter sentido crítico sobre as ROE</b>
<b>Francisco Rijo</b>	<b>São construídas caso a caso, dependendo da operação...há que haver flexibilidade...os mecanismos de alteração podem não ser tão rápidos quanto o desejável</b>
<b>José Carreira</b>	<b>São flexíveis e isentas de rigidez pela capacidade que têm em ser revistas e alteradas consoante os objetivos da operação a atingir.</b>

Fonte: autor

Tabela 18 - Questão 11

<b>Renato Assis</b>	<b>ROE assentam sobre pilares-legítima defesa e cumprimento da missão...devem ser tidas em conta como um todo, a instrução do soldado passa pelo treino</b>
<b>João Godinho</b>	<b>As ROE aplicam-se da Paz à Guerra... os Juristas Militares e indivíduos ligados às OP devem ser conhecedores de Direito Internacional</b>
<b>Diogo Cardoso</b>	<b>Já foi tudo dito</b>
<b>António Correia</b>	<b>O exército não usa as ROE a nível nacional, as utilizadas na Marinha na minha perspetiva não são muito importantes... o exército só utilizaria as ROE em situações de ameaça iminente para proteger determinadas zonas específicas, uma vez que as Forças de Segurança não dispõem de elementos suficientes...tanto o Exército, a Marinha e a Força Aérea nunca vão ter a possibilidade de usar a força para além da legítima defesa... as ROE são diretivas para o uso da fora.</b>
<b>Francisco Rijo</b>	<b>Não respondeu</b>
<b>José Carreira</b>	<b>Não</b>

Fonte: autor

Quadro 1- Apuramento de resultados Questão 1

**Cinco elementos tiveram participações internacionais. Apenas um apenas teve participação nacional**

Fonte: autor

Quadro 2- Apuramento de resultados Questão 2

**Respondido**  
**Sempre em contato com as ROE**  
**Observador militar**  
**Só de apoio em Portugal**  
**Senior adviser**  
**Nas missões em Bruxelas**

Fonte: autor

**Quadro 3-Apuramento de resultados Questão 3**

**As ROE são CARDÁPIO/REGRAS/ DOCTRINA/DIRETIVA/ METODOLOGIA/  
PROCEDIMENTOS**

**Fonte: autor**

**Quadro 4-Apuramento de resultados Questão 4**

**Interiorização de um treino...**

**Quem não sabe usar a força...**

**É necessário conhecê-las...**

**Importante**

**Imprescindíveis**

**Bastante imprescindível**

**Fonte: autor**

**Quadro 5-Apuramento de resultados Questão 5**

**Estabilização**

**Regras e objetivos ajustados às OM**

**Qualquer OP se rege pelo cumprimento das ROE**

**Em situações de estado de sítio ...são essenciais**

**Não é inocente...em situação de tensão e confusão**

**...desenvolvem linhas de ação militar para atingir objetivo**

**Fonte: autor**

**Quadro 6-Apuramento de resultados Questão 6**

**Mudança de paradigma**

**A doutrina é sempre importante**

**São definidas para cada missão....são um processo que não é nosso**

**Não estou muito a par**

**Mediatização do conflito, natureza dos atores, conceitos de assimetria e insurgência**

**Fator tecnológico e natureza do objetivo**

**Fonte: autor**

**Quadro 7-Apuramento de resultados Questão 7**

**A subversão não está limitada a um território**  
**Todo o sucesso começa na avaliação**  
**A guerra convencional deixou de ser preponderante**  
**É esta resolução que nos dá força jurídica**  
**Operações de estabilização assumem o mesmo carácter**  
**Estão ao mesmo nível... condicionadas pelo ambiente internacional**

**Fonte: autor**

**Quadro 8-Apuramento de resultados Questão 8**

**Para orientar a força**  
**A nova doutrina não tem influência nas ROE**  
**As ROE são a base de toda a atuação**  
**Já respondido**  
**Nas operações de estabilização...um embaixador**  
**Importância acrescida quando passa de operações clássicas**

**Fonte: autor**

**Quadro 9-Apuramento de resultados Questão 9**

**A legítima defesa nas suas variantes**  
**Noção que o uso da força é decidido ao mais baixo escalão**  
**...a Bíblia da missão**  
**ROE não são legítima defesa...dizem o direito...limitam o direito**  
**Enquadramento do uso da força**  
**Domínios**

**Fonte: autor**

**Quadro 10-Apuramento de resultados Questão 10**

**Não deveriam ser revistas**  
**...não me senti limitado**  
**...têm evoluído, existem, são a base da atuação**  
**...sempre ao nível do *staffing***  
**Construídas caso a caso...há que haver flexibilidade**  
**Flexíveis e isentas de rigidez**

**Fonte: autor**

**Quadro 11-Apuramento de resultados Questão 11**

**Assentam sobre pilares**  
**Os juristas militares e indivíduos ligados às OP devem ser conhecedores do Direito Internacional**  
**Já foi tudo dito**  
**O exército não usa as ROE a nível nacional... são diretivas para o uso da força**  
**Não respondeu**  
**Não**

**Fonte: autor**